

AÇÃO PARA FIM DE ABUSO SEXUAL INFANTIL E EXPLORAÇÃO

 End Violence
Against Children

 unicef
for every child





Publicado pela Divisão 3 do Programa da Seção de Proteção à Criança do UNICEF United Nations Plaza New York, NY 10017 Email: childprotection@unicef.org Website: www.unicef.org
© United Nations Children's Fund (UNICEF) Dezembro 2020.

É necessária permissão para reproduzir qualquer parte desta publicação. A permissão será concedida gratuitamente a organizações educacionais ou sem fins lucrativos. Para mais informações sobre direitos de uso, entrar em contato com: nyhqdoc.permit@unicef.org

Foto da capa: © UNICEF/UNI303881/Zaidi

Design e layout por Big Yellow Taxi, Inc.

Citação sugerida: Fundo das Nações Unidas para a Infância (2020) Ação para acabar com o abuso e a exploração sexual infantil, UNICEF, Nova York

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro do Fundo para Acabar com a Violência. No entanto, as opiniões, resultados, conclusões e recomendações expressas aqui não refletem necessariamente as do Fundo para Acabar com a Violência.



Clique nas barras de Seção para navegar na publicação

ÍNDICE

1. Introdução	3	6. Prestação de serviço	21
2. Um problema global	5	7. Mudança social e comportamental	27
3. Com base nas evidências	11	8. Disparidades e desafios	31
4. Uma Teoria de Mudança	13	Notas finais	32
5. Possibilitando Ambientes Nacionais	15		

AGRADECIMENTOS

Este relatório foi encomendado pela UNICEF para apoiar o trabalho da Seção de Proteção à Criança, Divisão de Programas, Sede do UNICEF em Nova York.

Agradecimentos especiais vão para Rocio Aznar Daban, Especialista em Proteção Infantil, e a Stephen Blight, Conselheiro Sênior em Proteção Infantil, por sua orientação especializada, aconselhamento, paciência e coordenação das consultas ao longo de todo o trabalho.

A autora principal desta publicação é Lorraine Radford, Professora Emérita de Política Social e Serviço Social da University of Central Lancashire, Reino Unido.

O UNICEF agradece o apoio financeiro fornecido para este programa pelo Fundo para Acabar com a Violência.

O Fundo para Acabar com a Violência fornece apoio financeiro a programas que oferecem soluções práticas e inovadoras para proteger as crianças da exploração e do abuso online.

Valiosos comentários e conselhos foram dados por vários especialistas em pesquisa e prática. Entre eles, incluem: Greta Massetti, chefe da Divisão de Epidemiologia e Prevenção de Campo, Centro dos EUA para Controle e Prevenção de Doenças; Berit Kieselbach, Oficial Técnica de Prevenção da Violência, Organização Mundial da Saúde; Dina Deligiorgis, Especialista em Políticas, Fim da Violência contra Mulheres e Meninas, UNWomen; Upala Devi, Conselheiro Sênior em Violência de Gênero, UNFPA; Chrissy Hart, Conselheira Sênior, Juntos para Meninas; Anna Giudice, Oficial de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, UNODC; Wendy O'Brien, Oficial Jurídica - Violência contra Crianças, UNODC; Gabriele Aiello, especialista associada, UNODC; Hanna Tiefengraber, Associada Especialista, UNODC;

Catherine Maternowska, Líder de Dados, evidências e aprendizagem, Laboratório para o fim da violência, Parceria global para o fim da violência contra as crianças; Manus De Barra, Oficial de Proteção à Criança, Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral sobre Violência contra a Criança; Helena Duch, Chefe do Subprograma de Soluções, Oak Foundation; Marie-laure Lemineur, Diretora Executiva Adjunta / Programas, ECPAT; Alessandra Guedes, Gerente de Gênero e Desenvolvimento, Pesquisa, Escritório do UNICEF de pesquisa; Lauren Rumble, Conselheira Principal de Igualdade de Gênero, UNICEF; Andrew Brooks, Conselheiro Regional para a Proteção da Criança, Escritório Regional da UNICEF para a África Ocidental e Central; Kendra Gregson, Conselheira Regional de Proteção à Criança, Escritório Regional do UNICEF para a América Latina e o Caribe; Rachel Harvey, Conselheira Regional de Proteção à Criança, Escritório Regional do UNICEF para o Leste Asiático e Pacífico; Aaron Greenberg, Conselheiro Regional de Proteção à Criança, Escritório Regional da UNICEF para a Europa e Ásia Central; Jean Francois Basse, Conselheiro Regional para a Proteção da Criança, Escritório Regional da UNICEF para a África Oriental e do Sul, UNICEF; Denise Ulwor, Especialista em Proteção à Criança, Escritório Regional da UNICEF para a África Ocidental e Central; Esther Ruiz, Especialista em Proteção à Criança, Escritório Regional do UNICEF para a América Latina e o Caribe; Mona Aika, Especialista em Proteção à Criança, Escritório Regional da UNICEF para a África do Sul e Leste; Anjan Bose, Especialista em Proteção à Criança, Sede do UNICEF em Nova York; Catherine Poulton, violência baseada em gênero Gerente de Emergências, Sede do UNICEF em Nova York; Christine Heckman, Equipe de Resposta Rápida, Especialista em Gerenciamento de Informações, Sede do UNICEF em Nova York.

Também somos gratos pelos conselhos úteis fornecidos pelos revisores anônimos deste relatório.

1

INTRODUÇÃO

O abuso e a exploração sexual de crianças são uma violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública com consequências significativas para a saúde global e o desenvolvimento¹.

A consciência da natureza e escala do problema cresceu e esforços consideráveis têm sido feitos para prevenir todas as formas de violência contra as crianças. Desenvolvimentos importantes incluem acordo internacional sobre metas para acabar com a violência contra crianças até 2030 nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; o desenvolvimento de um pacote interagências de sete estratégias de prevenção baseada em provas conhecido como INSPIRE²; e o estabelecimento da Parceria Global para Acabar com a Violência contra Crianças. Para lidar com o uso indevido cada vez maior de tecnologias de informação e comunicação para explorar sexualmente crianças, a WePROTECT Global Alliance foi formada e os países estão sendo orientados por seu Modelo de Resposta Nacional. Cada vez mais, os esforços para acabar com a violência contra mulheres e crianças estão interligados e se reforçam mutuamente, conforme estabelecido na estrutura RESPECT³. A Oak Foundation financiou recentemente um trabalho importante na prevenção do abuso sexual infantil⁴, e um novo índice importante foi desenvolvido para medir a integridade das respostas nacionais⁵.

Orientado pela Convenção sobre os Direitos da Criança, o UNICEF trabalha com parceiros em todo o mundo para prevenir e responder à violência contra meninas, meninos e jovens, incluindo adolescentes, em todos os ambientes e em todas as

suas formas, apoiando os governos para alcançar o ODS 16.2 em 2030. Nos países do programa, o UNICEF desempenha um papel fundamental no apoio na coordenação nacional de serviços multissetoriais, no fortalecimento dos sistemas e serviços nacionais de proteção à criança e na intensificação dos programas de prevenção da violência, como apoio aos pais, programas comunitários, programas de prevenção escolar e estratégias de mudança de normas sociais. Em 2019, o UNICEF intensificou os esforços para ampliar a intervenção de prevenção da violência baseada em evidências e institucionalizar os serviços de resposta a crianças vítimas de violência em 141 países que oferecem serviços de saúde, assistência social ou serviços competentes pela aplicação da lei e de justiça a 2,7 milhões de crianças.

Estratégias abrangentes para acabar com a violência contra crianças precisam incluir todas as formas de violência, seja física, emocional, sexual ou negligência. No entanto, é necessário um enfoque específico e coordenado sobre o abuso e a exploração sexual infantil. Em muitas partes do mundo, o abuso sexual infantil ainda é um tabu, tema oculto e estigmatizante. O abuso e a exploração sexual infantil têm motivadores, riscos e fatores de proteção únicos. As pesquisas e políticas de maus-tratos infantis têm se concentrado principalmente nos cuidadores e na família e, embora muitos abusos sexuais possam ocorrer em casa, os perpetradores e contextos de abuso e exploração sexual são muito mais variados, e isso se acentua no contexto da exploração e abuso sexual infantil online. Embora outras estratégias de prevenção da violência tenham levado em consideração o abuso sexual infantil, existem lacunas significativas no conhecimento e na prática sobre a proteção de meninas e meninos, e crianças que são inter-sexo ou que se identificam como não binários.

Os colegas são uma proporção significativa dos responsáveis por atos de abuso sexual contra outras crianças e adolescentes, mas as intervenções foram principalmente concebidas para agressores adultos. Estratégias para prevenir e responder ao abuso e exploração sexual infantil precisa-se de evidências para atender às necessidades de desenvolvimento e proteção das crianças como vítimas e perpetradores, reconhecendo que uma criança pode ser abusada e prejudicar outras pessoas.

Nas últimas duas décadas, assistimos ao rápido crescimento e aceitação das tecnologias digitais em todo o mundo, o que introduziu novas formas de perigos online, ao mesmo tempo que exacerbou o abuso offline de crianças, como o abuso sexual de crianças muito pequenas. Aliciamento online de crianças para fins de abuso e exploração sexual, transmissão ao vivo de abuso sexual de crianças pela Internet e a distribuição de conteúdo de abuso sexual infantil teve um aumento significativo. O volume de materiais de abuso sexual infantil em circulação tanto na web superficial quanto na web oculta atingiu novos patamares, chegando a milhões de imagens.⁶

Existe o risco de que respostas especializadas ao abuso sexual infantil online sejam concebidas isoladamente de estratégias comprovadas para lidar com o abuso sexual infantil no mundo físico offline. A tecnologia não causa exploração e abuso sexual infantil online, embora permita e facilite que isso aconteça em uma escala mais ampla do que antes. Materiais de abuso sexual infantil são evidências de abuso sexual de uma criança offline, na maioria das vezes perpetrado por alguém dentro do círculo de confiança da criança. A natureza única do abuso e da exploração sexual infantil online exige uma colaboração estreita com o setor de tecnologia e cooperação transfronteiriça entre as autoridades policiais. Também exige uma compreensão mais profunda e diferenciada de como as crianças e suas famílias usam as plataformas digitais e suas experiências online. Mas muito pode

ser ganho considerando a exploração sexual online dentro de seus contextos offline mais amplos, não um novo comportamento que surge exclusivamente devido à era digital

Este relatório visa abordar essas questões específicas, atualizando duas publicações anteriores para o UNICEF7 com uma revisão recente das evidências sobre: i. o que sabemos sobre a extensão, natureza e consequências do abuso e exploração sexual infantil para crianças em diferentes contextos; ii. as evidências sobre intervenções e estratégias eficazes para prevenir e responder.

Uma recente avaliação comparativa de respostas nacionais em 40 países concluiu de forma animadora que o combate ao abuso sexual infantil é uma prioridade em muitos países e o avanço é possível mesmo quando os recursos são limitados.⁵ Os resultados da presente revisão pretendem auxiliar no trabalho futuro do UNICEF, organizações parceiras, pesquisadores, profissionais e formuladores de políticas na prevenção e resposta ao abuso e exploração sexual infantil, levando em consideração esses desenvolvimentos animadores e complementando programas em andamento como o INSPIRE2 e RESPECT.³

Com base nesses esforços, este breve relatório, destinado a formuladores de políticas e parceiros, usa as principais conclusões de uma revisão de pesquisa encomendada pela UNICEF para propor um quadro de ação para prevenir e responder ao abuso e exploração sexual infantil⁸.

Enfrentar a violência sexual é um desafio significativo que requer ação informada e assertiva. O UNICEF está empenhado em trabalhar incansavelmente para reduzir a ameaça e apoiar as respostas às vítimas.

2

UM PROBLEMA GLOBAL

Os termos 'violência sexual contra crianças' ou 'abuso e exploração sexual infantil' incluem diversos atos de abuso, em diferentes ambientes e relacionamentos - situações em que uma criança é abusada sexualmente por um parente ou responsável em casa; estuprada por um parceiro; obrigada ou deixada sem opção a não ser vender sexo em troca de comida, dinheiro ou favores; agredida sexualmente no caminho ou na escola por um adulto, uma gangue ou um colega que vive na comunidade; abusada sexualmente por um adulto em posição de confiança ou autoridade, como pastor, policial, assistente social ou técnico esportivo; tratada ou explorada sexualmente online por um adulto ou criança mais velha; traficadas dentro ou através das fronteiras para fins de exploração sexual, às vezes por grupos organizados de criminosos sexuais infantis; ou estuprada por um combatente ou pacificador no contexto de guerra, deslocamento ou desastre.

As crianças e adolescentes afetados nem sempre reconhecem suas experiências como violência ou abuso sexual. Aqueles que vivem em regiões de baixa renda no mundo, em condições de insegurança, conflito armado ou separação de suas famílias estão particularmente vulneráveis⁴,

mas é importante notar que todas as crianças correm o risco de abuso e exploração sexual.

Os dados globais sobre as experiências de violência de crianças melhoraram nos últimos anos e vários estudos robustos agora existem usando definições e medidas semelhantes, todos mostrando a natureza generalizada de aspectos físicos, emocionais e sexuais da violência na infância. O conhecimento avançou muito com pesquisas nacionais destinadas a perguntar diretamente às próprias crianças e adolescentes, de maneira segura, privada e ética, sobre suas experiências de violência e abuso.

PREVALÊNCIA DE ABUSO SEXUAL INFANTIL

Uma revisão de 217 estudos⁹, descobriu que 1 em cada 8 crianças no mundo (12,7%) havia sido abusada sexualmente antes de completar 18 anos.

O UNICEF estima que 1 em cada 20 meninas com idades entre 15 e 19 (cerca de 13 milhões) experimentou sexo forçado durante a vida¹⁰.

O abuso sexual infantil é baseado no gênero, cerca de 90% dos perpetradores sendo do sexo masculino e meninas relatando taxas de vitimização, 2 a 3 vezes mais altas, do que meninos. Verificou-se que a vitimização de meninos é maior do que de meninas em alguns contextos e ambientes organizacionais.

Embora as taxas relatadas variem entre e dentro dos países, o abuso sexual infantil

é prevalente em países ricos e em países onde a renda é mais baixa.

Dados robustos sobre as taxas de prevalência de abuso online e exploração sexual são limitados e precisam ser melhorados, embora meninas adolescentes relatem as taxas de vitimização mais altas no ano passado (12,9% das meninas de 14 a 17 anos nos EUA e 15% das meninas de 12 a 15 anos na Espanha)¹¹.

Uma revisão de pesquisas que perguntavam aos homens da comunidade sobre o uso de material online de abuso sexual infantil e comportamento sexual em relação a crianças¹² encontrou entre 1 em 10 e 1 em 5 adultos em estudos da Finlândia, Alemanha e Suécia tiveram conversas sexualizadas online com crianças no ano passado.

Um em cada vinte homens admitiu comportamento sexualizado online em relação a crianças que sabidamente tinham menos de 12 anos.

A escala, a complexidade e o perigo do abuso e da exploração sexual infantil facilitados online estão aumentando¹³, com a tecnologia permitindo o surgimento de novos modos de abuso infantil, como a transmissão ao vivo de agressões sexuais de crianças e extorsão sexual de crianças, muitas vezes para coagir uma criança a participar na produção de material de abuso sexual infantil sob ameaça.

O ABUSO SEXUAL INFANTIL É DE GÊNERO. Apesar de ser importante estar ciente de que as mulheres também abusam e exploram sexualmente crianças e adolescentes, sendo a maioria dos agressores, cerca de 90% na maioria dos estudos, do sexo masculino¹⁴. As meninas geralmente relatam taxas de abuso e exploração sexual 2 a 3 vezes mais altas do que os meninos¹⁵, embora as taxas para os meninos sejam mais altas do que para as meninas em alguns países¹⁶ e em certos ambientes organizacionais¹⁷, como instituições residenciais para pessoas do mesmo sexo. As meninas são a maioria das vítimas em materiais online de abuso sexual infantil¹⁸.

ASPECTOS DE DESENVOLVIMENTO As experiências de vitimização e suas consequências variam ao longo da vida de meninos e meninas⁴. As crianças mais novas têm maior probabilidade de serem abusadas sexualmente por um membro da família ou cuidador. Crianças mais velhas e adolescentes passam mais tempo fora da família imediata ou do ambiente doméstico e provavelmente estarão expostos a uma gama mais ampla de perpetradores (além dos riscos dentro da família): adultos em posições de confiança ou autoridade, colegas, empregadores, vizinhos e parceiros¹⁹. As taxas auto-relatadas de vitimização sexual aumentam com a idade durante a infância com meninas adolescentes de 17 anos ou mulheres jovens de 18 a 24 anos relatam níveis mais altos²⁰. Para estratégias eficazes de prevenção e resposta, é importante levar em consideração as diferenças de gênero e de desenvolvimento nos riscos situacionais,

organizacionais e de relacionamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

FREQUENTEMENTE ABUSADAS POR ALGUÉM CONHECIDO.

No mundo todo crianças e adolescentes são mais provavelmente abusadas sexualmente por uma pessoa conhecida por eles, geralmente um namorado, um adulto ou criança mais velha que seja membro da família, outro parente, amigo da família ou um adulto em uma relação de confiança ou autoridade²¹. A casa da criança ou do agressor é o local mais frequentemente citado para agressões sexuais e estupro de crianças²², sendo a privacidade da casa da família, onde ela existe, um local onde a detecção é pouco provável. O abuso sexual por um pai biológico é menos comumente mencionado em pesquisas de autorrelato em HICs do que o abuso sexual por outro parente, como um irmão ou tio, ou outro membro da família²³. Colegas, namorados / namoradas, namoro ou parceiros românticos são os autores mais comumente mencionados na violência sexual contra meninas adolescentes²⁴, com vizinhos e amigos também frequentemente mencionados²⁵.

AS CRIANÇAS SÃO ABUSADAS EM TODOS OS AMBIENTES

Embora a própria casa da criança ou a casa do agressor são os locais mais comuns; o abuso e a exploração sexual infantil podem ocorrer em todos os ambientes em que as crianças passam seu tempo²⁶, da escola²⁷ ao trabalho²⁸ ou lazer e esporte²⁹. Ambientes e organizações que fornecem aos possíveis perpetradores acesso não regulamentado ou não supervisionado a crianças, como instituições residenciais de cuidado ou educação, serviços religiosos e comunitários para jovens, incluindo esportes, acarretam riscos específicos³⁰. Organizações internacionais notaram um aumento preocupante no turismo em orfanatos, proporcionando oportunidades situacionais para criminosos sexuais infantis e

vulnerabilidades adicionais para crianças à exploração sexual no Sudeste Asiático³¹. Crianças e adolescentes separados de suas famílias, migrando e em trânsito,

ou deslocados por conflito armado ou emergência humanitária também são especialmente vulneráveis³².

EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL INFANTIL NÃO É REPORTADA COM FREQUÊNCIA

Identificar crianças que vivem com abuso e exploração sexual é uma tarefa notoriamente difícil e a pesquisa sobre comportamentos de denúncias de crianças ainda está subdesenvolvida.

DESAFIOS PARA A IDENTIFICAÇÃO INCLUEM:

Por várias razões, não menos importante, a manipulação emocional frequentemente envolvida em um relacionamento abusivo, uma criança ou adolescente vitimado sexualmente pode não reconhecer suas experiências como sendo violência ou exploração sexual. Eles também podem ter medo ou relutância em ser “ajudados”.

A vergonha, o estigma social e o medo das consequências de contar a alguém sobre o abuso podem ser barreiras consideráveis à divulgação e à procura de ajuda.

O apoio informal e familiar é importante para a prevenção, proteção e recuperação da criança³³ e geralmente é a primeira linha de apoio procurada. No entanto, pode haver pouca compreensão sobre o abuso e a exploração sexual infantil entre a família, os pares e a comunidade em geral. As respostas podem ser inúteis, descrentes, culpando a vítima pelo o abuso ou imposição de silêncio ou inação para proteger o perpetrador ou preservar a reputação e a honra³⁴.

Os profissionais que trabalham com crianças podem não ter as habilidades e o treinamento necessários para identificar efetivamente os sinais de abuso, interagir com as vítimas e fornecer respostas eficazes.

Oportunidades de oferecer ajuda ou apoio são perdidas devido ao trabalho insuficiente em conjunto e ao compartilhamento de informações em diferentes setores, como educação, saúde, justiça, bem-estar infantil e organizações comunitárias³⁵.

Os contextos das políticas e as prioridades organizacionais ou de serviço conflitam ou não permitem respostas eficazes de prevenção ou proteção infantil. Por exemplo, problemas comuns de política são uma contradição entre as leis que regulam o casamento infantil e as exceções parentais ou judiciais, diferenças ou nenhuma definição de idade nas leis de consentimento³⁶.

Pesquisas com crianças e jovens indicam consistentemente uma lacuna substancial entre as taxas de auto-relato de vitimização sexual infantil e relatos feitos às autoridades, sugerindo que apenas uma pequena minoria de crianças e adolescentes vitimizados têm acesso a ajuda ou aconselhamento profissional.

Por exemplo, pesquisas na Finlândia³⁷ e na Alemanha³⁸ descobriram que, embora bem mais de três quartos³⁹ das vítimas de abuso sexual infantil haviam contado a alguém sobre o abuso, na maioria das vezes um amigo, na melhor das hipóteses apenas 14% dos relatos foram repassadas às autoridades.

Pesquisas sobre violência contra crianças em sete países: Camboja, Haiti, Quênia, Malauí, Suazilândia, Tanzânia e Zimbábue, constatou da mesma forma que na maioria dos países a proporção de vítimas que receberam algum serviço foi $\leq 10\%$ ⁴⁰.

Em Uganda, 57% das meninas e 53% dos meninos que sofreram violência sexual contaram a alguém sobre o abuso. Apenas 16% das meninas e 6% dos meninos buscaram ajuda nos serviços e apenas 15% das meninas e 5% dos meninos receberam ajuda⁴.

Uma revisão dos dados de 30 países coletados para o UNICEF descobriu que apenas 1% das adolescentes que tiveram experiências de sexo forçado pediram ajuda dos serviços⁴¹.

Fechar a lacuna entre o grande número de crianças e adolescentes que sofrem abuso e exploração sexual e a minoria que tem apoio ou serviços eficazes é um passo essencial para acabar com a violência.

Consequências

O abuso e a exploração sexual infantil têm um impacto significativo na saúde e no bem-estar de crianças e adolescentes em todo o mundo. O impacto irá variar em relação à natureza, gravidade e duração do abuso, no desenvolvimento em relação à capacidade da criança ou adolescente de compreender o abuso, suas estratégias de enfrentamento e as respostas da família, amigos, comunidade e serviços em geral.⁴² Os danos causados incluem o impacto na saúde física (como IMC elevado, problemas no parto⁴³); maior probabilidade de contrair HIV devido ao risco sexual (como ter múltiplos parceiros sexuais ou uso inconsistente de preservativo)⁴⁴; abuso de drogas ou álcool⁴⁵; ansiedade, depressão, trauma psicológico e lesões autoprovocadas⁴⁶; comportamento ofensivo, falta à escola e baixo nível de escolaridade⁴³. Uma criança que é abusada ou explorada sexualmente também está em maior risco de sofrer outros tipos de violência ou abuso por parte de adultos ou colegas em diversos ambientes⁴⁷.

Crianças que passam por múltiplas vitimizações tendem a ter os piores resultados⁴⁸. As consequências podem durar toda a vida e incluir questões de intimidade, afetando as relações com a família, parceiros e filhos, e consequências socioeconômicas, como falta de moradia e desemprego⁴³.

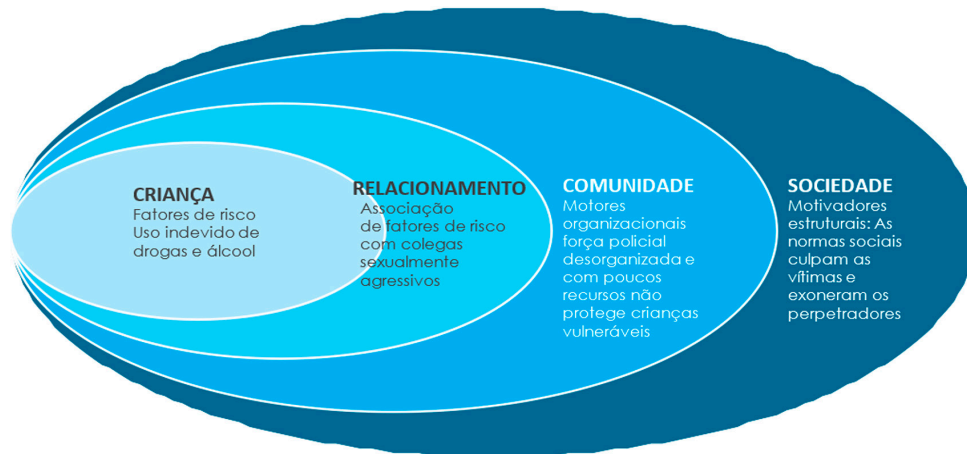
Riscos e motivadores

A violência sexual contra crianças é uma questão diversa e complexa e nenhum fator pode explicar por que isso ocorre, embora os fatores de risco muito claros sejam as desigualdades de gênero e a vulnerabilidade do desenvolvimento das crianças^{1,4}.

A violência não acontece em uma bolha isolada entre indivíduos não afetados pelo contexto social mais amplo. A maioria das formas de violência interpessoal afetam desproporcionalmente grupos em uma comunidade ou população que estão em desvantagem como um resultado da interação de desigualdades estruturais, como pobreza, desigualdade de gênero, racismo, orientação sexual e práticas institucionais e organizacionais que pouco fazem para desafiá-las ou mesmo reforçá-las. Uma versão adaptada do quadro socioecológico do desenvolvimento infantil⁴⁹ é útil para conceituar por que as crianças estão em risco e qual a melhor forma para concentrar as atividades de prevenção². Tal como acontece com a violência contra as crianças em geral, o quadro socioecológico

propõe que as interações entre os riscos e os fatores de proteção, e em todos os níveis da criança, família e os relacionamentos, a comunidade e o contexto social, econômico e cultural mais amplo exercerão uma influência sobre se o abuso acontece e as consequências para uma criança individualmente. Em seu estudo de vários países sobre a violência contra crianças, Maternowska e Fry (2018)⁵⁰ distinguiram entre os impulsionadores da violência nos níveis estrutural e organizacional que criam as condições em uma sociedade onde a violência contra crianças é mais ou menos provável de acontecer, e riscos e vulnerabilidades no nível da criança individual, família e relacionamentos, e no contexto da comunidade / país, que influenciam se uma criança em particular é abusada.

Exemplos de pesquisas sobre motoristas e riscos de abuso e exploração sexual infantil:



Do ponto de vista da prevenção, um quadro socioecológico contextualmente focado pode nos alertar para a possibilidade de que abordar um risco individual, como a legislação para limitar o acesso do adolescente ao álcool, embora útil, não seria suficiente para acabar com o abuso e a exploração sexual infantil porque os fatores estruturais que contribuem para a vulnerabilidade das meninas adolescentes - como recursos insuficientes para a polícia e normas que inocentam homens e meninos e culpam meninas adolescentes por sua própria vitimização sexual - persistiriam. É amplamente reconhecido que, para acabar com a violência, incluindo o abuso e a exploração sexual infantil, precisamos reconhecer a interconexão entre os diferentes tipos de violência e as causas e consequências multidimensionais e tomar ações coordenadas simultaneamente nos quatro diferentes níveis do sistema⁵¹.

Já existe uma extensa literatura sobre os riscos e motivadores que influenciam a vitimização e a perpetração da violência contra as crianças.

Motores estruturais comuns para abuso e exploração sexual infantil, vitimização e perpetração incluem normas na sociedade que garantem aos adultos o controle sobre as crianças e apoiam o direito sexual masculino e a violência sexual, leis fracas que culpam as vítimas e exoneram os perpetradores, pobreza, falta de proteção para crianças que estão em deslocamento ou migrando⁵².

Extensas pesquisas e investigações públicas sobre o abuso institucional e organizacional identificaram muitos pontos fracos situacionais e de governança em organizações-chave, como igrejas, instalações residenciais de 'assistência', escolas, orfanatos, esportes e organizações de atendimento a jovens que oferecem oportunidades para adultos em posição de confiança ou autoridade e colegas para ter contato não monitorado com crianças e adolescentes vulneráveis, colocando-os em risco de abuso e exploração sexual. Organizações isoladas e hierárquicas com respostas precárias de

proteção à criança e falta de escrutínio externo são contextos vulneráveis para as crianças ⁵³.

O abuso e a exploração sexual infantil ocorrem em diferentes relacionamentos e geralmente quanto mais próximo o relacionamento maior o risco. Crianças e adolescentes que carecem de proteção da família ou que foram expostos à violência doméstica, abuso infantil e negligência ou aqueles que se associam a pares sexualmente agressivos são mais vulneráveis à violência sexual e à revitimização⁵⁴

Ao nível da criança individual, as vulnerabilidades individuais associadas à idade, dificuldade de aprendizagem, vitimização sexual anterior, uso indevido de drogas e álcool são exemplos de alguns dos riscos conhecidos tanto de vitimização como de perpetração^{4, 26}.

Muitas das evidências de pesquisa sobre riscos e motivadores foram desenvolvidas em HICs. O Estudo de Vários Países do UNICEF sobre as causas da violência conduziu e testou um método para trabalhar com formuladores de políticas, governos, profissionais e outros especialistas para avaliar as causas e riscos em diferentes

contextos nacionais para informar as prioridades de ação.⁵⁰ Uma mensagem importante deste trabalho foi que, para enfrentar com sucesso a violência contra as crianças, precisamos mudar os ambientes em que as crianças vivem, não apenas abordar os riscos que enfrentam como indivíduos e em seus relacionamentos pessoais.

3

CONSTRUINDO AS EVIDÊNCIAS

Como as crianças que vivenciam um tipo de vitimização também podem vivenciar outros⁴⁷, as estratégias para acabar com a violência sexual precisam incluir todas as formas de violência, seja violência física, emocional, sexual, negligência ou viver com uma mãe vitimada por violência doméstica. Muitos estados-nação adotaram Planos de Ação Nacionais para acabar com a violência contra crianças e um grande passo para apoiar sua implementação foi o acordo entre dez organizações globais para uma abordagem coordenada e centrada no sistema para a prevenção da violência, consistindo nas sete estratégias INSPIRE baseadas em evidências⁵⁵. A sobreposição entre a violência contra as mulheres e a violência contra as crianças é cada vez mais reconhecida, e tem havido mais colaboração entre pessoas que trabalham para prevenir a violência nessas duas áreas. Agora existe uma orientação baseada em evidências que reúne ações de prevenção da violência contra as mulheres e o abuso de crianças e adolescentes na Estrutura RESPECT da Organização Mundial da Saúde.³ No entanto, ainda existem algumas lacunas significativas no conhecimento e na prática sobre a proteção de meninas e meninos de todas as idades contra diferentes formas de violência sexual, onde uma maior colaboração e percepções de gênero poderiam ser benéficas.

O impacto global da Covid 19 trouxe maiores riscos de violência sexual e violência de gênero e **desafios para prevenção e respostas**.

A Pandemia reforçou a necessidade de garantir que a prevenção da violência seja parte integrante das políticas

públicas de saúde. É importante reunir evidências sobre o que funciona em diferentes contextos para acabar com o abuso e a exploração sexual infantil. Os resultados da revisão de evidências pretendem auxiliar no trabalho futuro do UNICEF, organizações parceiras, pesquisadores, profissionais e construção de políticas sobre as respostas atuais à violência, como em INSPIRE e RESPECT.

Métodos

A revisão de evidências inclui 168 estudos de pesquisa que foram avaliados como de alta qualidade. Estratégias para prevenir e responder ao abuso e exploração sexual infantil, publicados entre 2014 a 2019 foram identificados a partir de pesquisas sistemáticas de dez bancos de dados de pesquisa⁵⁶, literatura “cinza” (como relatórios do governo ou de centros de pesquisa) e publicações recomendadas por especialistas em prática.⁵⁷ A revisão de evidências incluiu avaliações experimentais, quase experimentais e outras avaliações quantitativas, bem como pesquisas qualitativas sobre intervenções e ações contra o abuso e a exploração sexual infantil. Estes foram selecionados quanto sua relevância e qualidade usando critérios de avaliação pré-acordados. A qualidade geral dos resultados de estudos de diferentes intervenções foi classificada nas seguintes cinco categorias:

1. EFICAZ: Programas que foram avaliados rigorosamente por meio de pelo menos dois estudos de qualidade alta ou moderada usando design experimental (RCTs bem planejados) ou quase-experimental (estudos de coorte longitudinal ou pré-pós-design com grupos de comparação), mostrando impacto estatisticamente significativo nas atitudes ou comportamentos em relação ao abuso e à exploração sexual infantil e formalizado na medida em que partes externas possam replicar o programa; OU a intervenção foi recomendada após meta-análises de alta qualidade e revisões sistemáticas de resultados de múltiplas avaliações.

2. PROMISSOR: Programas que precisam de mais pesquisas em um contexto em que haja pelo menos um estudo experimental ou quase experimental de qualidade alta ou moderada mostrando impacto estatisticamente significativo no abuso e / ou exploração sexual de crianças; OU há pelo menos um estudo experimental ou quase experimental de qualidade alta ou moderada mostrando impacto estatisticamente significativo nos fatores de risco ou de proteção para abuso e / ou exploração sexual infantil.

3. PRUDENTE: onde tratados ou resoluções globais

As intervenções e ações avaliadas pelo corpo de evidências como eficazes, promissoras ou prudentes são apresentadas dentro da estrutura de uma teoria de mudança para prevenir e responder ao abuso e exploração sexual infantil.

determinaram a intervenção como crítica para reduzir a violência contra crianças; OU a intervenção foi demonstrada por estudos qualitativos ou observacionais como eficaz na redução do abuso ou exploração sexual de crianças.

4. NECESSITA MAIS PESQUISAS: Programas que têm uma base de evidências limitada porque (a) são novos e as evidências estão apenas surgindo (por exemplo, programas de educação de prevenção online); (b) são programas em que a avaliação pode ser difícil, mas há alguns dados que podem ser usados para fins de monitoramento e avaliação (por exemplo, linhas de apoio). Classificar um programa como necessitando de mais pesquisas nos permite reconhecer o que está sendo feito no campo, particularmente em ambientes onde recursos / possibilidades de avaliação podem estar faltando seriamente e onde nada pode ter sido feito antes. A inclusão de tais programas ajuda a identificar áreas onde há experiência prática, indicando que a pesquisa é claramente necessária.

5. INEFICAZ / NOCIVO: Onde a pesquisa não mostra nenhum impacto positivo ou há descobertas de consequências prejudiciais.

A teoria da mudança foi desenvolvida por meio de ampla consulta com especialistas e organizações parceiras, lendo os marcos da Teoria da Mudança do UNICEF 58 e as orientações INSPIRE e RESPECT^{2,3}.

4

TEORIA DA MUDANÇA

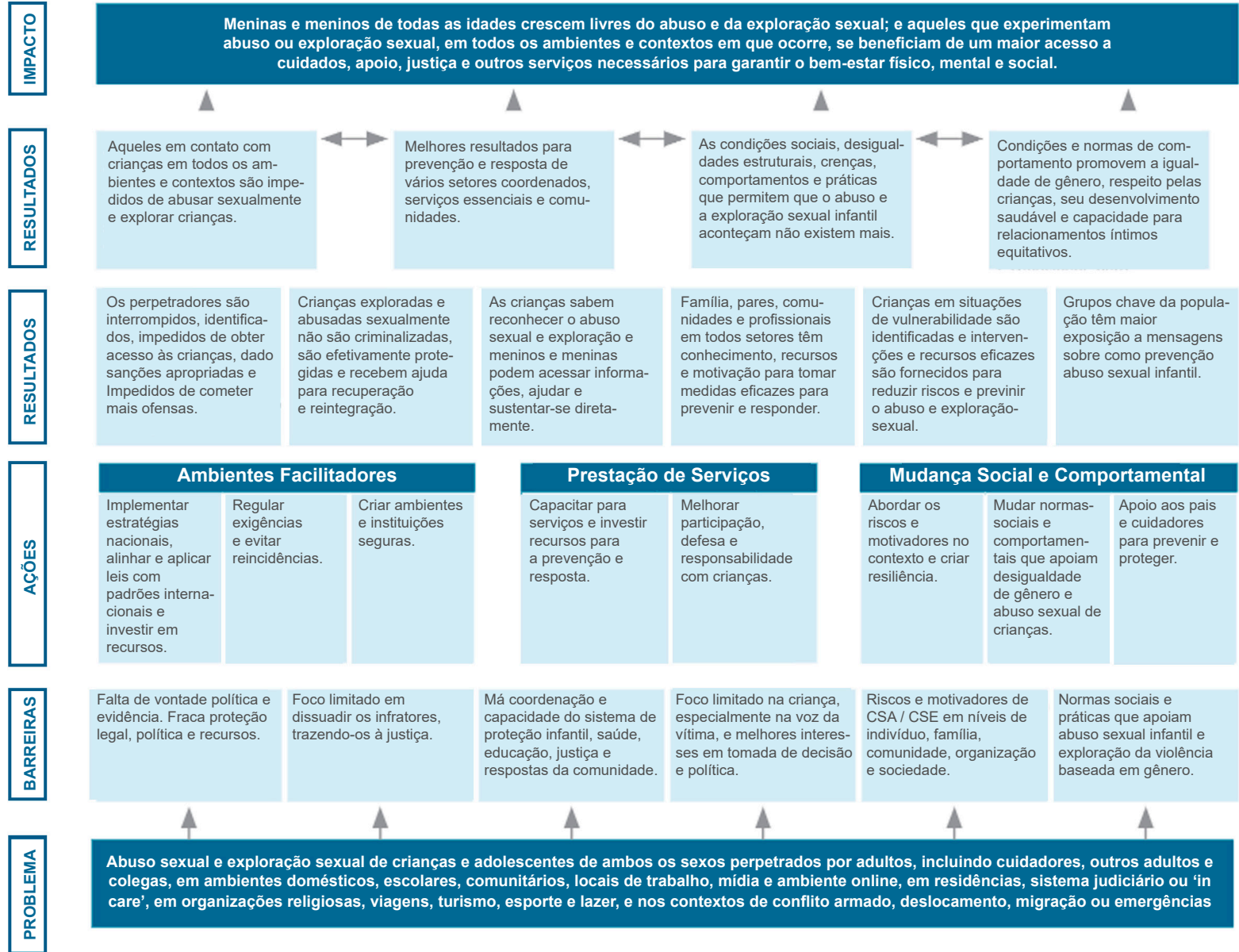
Não existe um plano fixo para orientar a prevenção da violência. Muito foi alcançado em 30 anos desde a implementação da Convenção dos Direitos da Criança e o uso de melhores dados e pesquisas, ampliando a colaboração e as parcerias e ampliando a voz das próprias crianças estão entre os principais ingredientes da mudança⁵⁹ Uma teoria da mudança adota uma abordagem estruturada e focada no resultado para definir o problema no contexto ao lado do que precisa ser mudado. Pode incentivar o diálogo colaborativo honesto e baseado em evidências para identificar as barreiras à mudança, os processos para superá-las e o que precisamos alcançar. Pode ser usado para ajudar na descrição, para obter um acordo sobre o processo de mudança, para auxiliar o planejamento e a avaliação de resultados. Ele também pode ser vinculado a fontes de evidências que podem ser úteis na tentativa de melhorar as abordagens baseadas em evidências. Cada etapa do processo pode ser mostrada em um diagrama que pode ser um ponto de partida útil para consulta ao desenvolver respostas em diferentes contextos com parceiros e partes interessadas relevantes.

O modelo mostrado no diagrama abaixo não foi projetado para ser prescritivo, mas para ajudar na construção de consenso para o planejamento, governança, implementação e monitoramento das respostas. Baseia-se na perspectiva dos direitos da criança, conforme estabelecido na Convenção sobre os Direitos da Criança e padrões e a compreensão de que a violência é evitável. Baseia-se na teoria socioecológica, reconhecendo que as ações para acabar com todas as formas de violência contra as crianças precisam abordar os riscos individuais, de relacionamento, de comunidade, organizacionais e estruturais e os fatores que contribuem para a violência.

Lendo-se pela parte inferior do diagrama para a superior, ele mostra de uma maneira acessível os desafios comuns na resposta ao abuso e exploração sexual infantil, identificados a partir da revisão de evidências, e uma série de estratégias baseadas em evidências e resultados antecipados para abordá-los. Presume-se que essa mudança deve ser conduzida internamente e que o conhecimento e a experiência nos níveis da criança, família e comunidade serão essenciais para compreender o problema e responder aos desafios em contextos específicos e para meninos e meninas. As respostas e as prioridades de ação podem ser diferentes para as diferentes formas de abuso e exploração sexual contra crianças em diferentes contextos. Por exemplo, o diagrama pode ser usado como base para discussão e revisão por crianças e outras partes interessadas, com foco na ação contra o abuso sexual de crianças dentro da família por parentes ou adultos de confiança e colegas. Ou isso poderia ser usado para revisar e chegar a um acordo sobre ações e prioridades para reduzir o risco de exploração sexual e tráfico de meninas adolescentes em uma área de alto risco, como um campo de refugiados.

Com base no que já está sendo feito no âmbito das estratégias de prevenção da violência existentes (como INSPIRE², RESPECT³ e a própria orientação do UNICEF⁵⁸), a teoria da mudança estabelece ações em três áreas amplas e inter-relacionadas para: criar ambientes propícios para a prevenção e resposta, para construir capacidade para serviços e para mobilizar mudanças sociais e comportamentais. A próxima seção analisa com mais detalhes as ações recomendadas em cada uma dessas três áreas, reunindo os resultados da revisão de evidências em programas identificados como 'eficazes', 'promissores' ou 'prudentes'.

Teoria da Mudança para Prevenir e Responder ao Abuso e Exploração Sexual Infantil



5

FACILITANDO AMBIENTES NACIONAIS

FUNDAMENTO

Uma resposta eficaz do sistema é essencial para a implementação dos direitos da criança conforme estabelecido na Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 e para cumprir o compromisso do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16.2 de acabar com a violência contra as crianças até 2030. Os governos nacionais têm a responsabilidade final de garantir que os direitos das crianças sejam respeitados e que os recursos sejam providenciados para esse fim. Implementação e aplicação de leis para criminalizar o abuso e a exploração sexual infantil e garantir a segurança dos ambientes em que as crianças passam o tempo são estratégias recomendadas pela INSPIRE² e apoiado pelo RESPECT³.

Três ações específicas para a criação de um ambiente favorável foram identificadas a partir da revisão de evidências:

- Implementar e fazer cumprir as leis e políticas;
- Regulamentar a demanda e prevenir a ofensa;
- Criar ambientes e instituições seguros.

Porque diferentes formas de violência contra crianças (violência física, negligência, abuso psicológico e sexual e exposição à violência doméstica) frequentemente ocorrem simultaneamente, as respostas ao abuso e à exploração sexual infantil em nível nacional devem ser integra-

das em respostas mais amplas de prevenção da violência. No entanto, como argumentado anteriormente, é necessário na política um foco específico no abuso e exploração sexual infantil, no planejamento e na legislação devido à natureza particularmente “oculta” do abuso e exploração sexual infantil, o gênero diferente leva às desigualdades e riscos de desenvolvimento e motivadores e as lacunas substanciais no conhecimento e na prática sobre a melhor forma para enfrentar esses desafios em diferentes contextos. Cerca de 60 países têm leis abrangentes para proibir todas as formas de violência contra as crianças, incluindo em casa e nas escolas, e um número crescente adotou estruturas legais e políticas para acabar com o casamento infantil⁵⁹. No entanto, lacunas e anomalias na lei e na política sobre abuso e exploração sexual de crianças persistem em muitos países. As lacunas comuns nas políticas são discrepâncias nas leis sobre a idade de consentimento ou falha em definir uma idade específica de consentimento, exceções de consentimento dos pais e judicial para o casamento precoce, leis que apenas criminalizam a prostituição de crianças abaixo da “idade de consentimento”, definem a prostituição em termos específicos de gênero ou excluem certos atos sexuais⁶⁰. O abuso sexual de meninos é uma questão negligenciada nas políticas e na prática de proteção à criança⁴. As leis que regulam materiais de abuso sexual infantil on-line em 62 dos países pesquisados pelo Centro Internacional para Crianças Desaparecidas e Exploradas foram avaliadas em 2019 como insuficientes para prevenir esta forma de abuso e 16 países ainda não tinham legislação⁶¹. Existem orientações para ajudar os formuladores de políticas a abordar essas anomalias e lacunas.⁶²

ESTUDO DE CASO - ENVOLVENDO CRIANÇAS E JOVENS NA POLÍTICA PÚBLICA

INDONÉSIA: O Fórum Infantil 2P (Pioneiro e Repórter) foi estabelecido para permitir que as crianças se envolvessem no planejamento do desenvolvimento em nível de vila, distrito, cidade e estado. As crianças foram consultadas durante o desenvolvimento da estratégia nacional para acabar com a violência contra as crianças⁶³.

CAMBOJA: Após a pesquisa VACs em 2013, quatro grupos técnicos de trabalho foram criados para desenvolver e implementar o plano de ação nacional para prevenir e responder à violência contra crianças. Crianças e jovens foram consultados sobre o conteúdo, Implementação e monitoramento da estratégia nacional por meio dos grupos de trabalho, conferências e outros eventos de participação realizados no Camboja.⁶⁴

CROÁCIA: Alunos do ensino médio que participaram de um grupo focal facilitado pelo Escritório do Ombudsman para Crianças sugeriram que uma pesquisa deveria ser conduzida nas escolas para explorar as perspectivas dos alunos sobre a idade de consentimento, pois eles tinham preocupações de que isso não fornecesse proteção suficiente para as crianças. A pesquisa, com 2500 crianças e jovens revelaram que 95% das crianças achavam que a idade de consentimento (14 anos) era muito baixa. A Rede de Jovens Consultores do Ombudsman para Crianças (NYA), composta por 20 membros com idades entre 12-18 anos de todo o país, usou os resultados da pesquisa para defender a mudança. As crianças deram as suas opiniões e estas foram transmitidas aos responsáveis pelas decisões do governo por adultos. Em 2012, o Código Penal foi alterado para aumentar a idade de consentimento para 15 anos⁶⁵.

A maioria dos países tem leis que criminalizam o abuso sexual infantil, mas o principal problema é a aplicação inadequada. As taxas de acusação por abuso e exploração sexual infantil são baixas em muitas nações e há uma grande lacuna no conhecimento e na prática sobre como regular a demanda e intervir precocemente para prevenir o crime sexual. Embora alguns países tenham adotado penas cada vez mais severas para estupro e abuso sexual infantil, o efeito dissuasor da prisão por si só é uma questão contestada. Na verdade, as evidências indicam que a certeza de ser pego é um impedimento mais forte para mais crimes do que a severidade da sentença⁶⁶. Se mais perpetradores de abuso e exploração sexual devem ser identificados e impedidos de ofender mais, a lei criminal precisa ser aplicada, recursos para entrega, apoiados por serviços para vítimas, como relatórios amigos da criança, apoio e proteção à vítima informada sobre trauma, com orientação e treinamento para profissionais⁵⁸.

As respostas a crianças e adolescentes que cometem crimes sexuais não devem ser iguais às respostas a adultos. Crianças que cometem crimes sexuais antes dos 18 anos têm baixas taxas de reincidência de crimes sexuais e os crimes em geral diminuem com os anos⁶⁷. Os Estados que ratificaram a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989 são obrigados a garantir que as crianças em conflito com a lei se beneficiem do desvio e do uso de alternativas à custódia na medida do possível (CDC, Artigos 37 (b), 40,1, 40,3 (b), 40,4). Crianças e adolescentes desviados da custódia precisam de tratamentos adequados ao desenvolvimento, envolvendo pais e responsáveis sempre que possível⁶⁸.

ESTUDO DE CASO - JOVENS COM COMPORTAMENTO SEXUAL PREJUDICIAIS

ÁFRICA DO SUL: O Programa de Apoio para Crianças Reativas ao Abuso (SPARC) é um programa de diversão estabelecido pela Teddy Bear Clinic em Joanesburgo, África do Sul. Desvia crianças de 6 a 18 anos com comportamentos sexualmente prejudiciais e aqueles que cometeram ofensas sexuais do sistema de justiça criminal para um programa terapêutico. O programa trabalha com crianças com comportamentos sexuais prejudiciais avaliados como de baixo a médio risco para outras pessoas. As crianças podem ser encaminhadas diretamente para o programa por seus responsáveis, embora, na prática, a maioria venha por meio de ordens judiciais. O programa visa ajudar crianças e jovens a compreender as consequências de seu comportamento e equipá-los com uma série de habilidades e recursos psicossociais. O programa é multicomponente, oferecendo terapias cognitivas comportamentais e criativas em sessões individuais, em grupo e familiares, bem como em atividades extracurriculares para crianças e adolescentes que cometeram ou estão em risco de cometer um crime sexual. As sessões cobrem módulos sobre habilidades sociais e treinamento de empatia, reestruturação cogniti-

va, controle de impulso, resolução de conflitos e reconhecimento de comportamento. Conceitos de masculinidade, sexualidade masculina e prevenção de recaídas também são explorados. A duração do programa para cada componente varia de acordo com as necessidades da criança.

Os resultados positivos sobre mudanças nas atitudes, comportamentos e interações familiares vêm de um estudo com crianças e jovens no programa entre 2009 e 2011. A intervenção levou a um aumento significativo na autoconfiança dos participantes, comportamento pró-social e atitudes positivas relacionadas ao gênero. Os participantes melhoraram sua capacidade de lidar com problemas e conceber soluções construtivas, mostraram um aumento na frequência à escola e à igreja e uma diminuição no uso de substâncias. Houve um aumento no envolvimento familiar, comunicação e supervisão, bem como estratégias de disciplina positiva. Uma pesquisa por telefone com 64% dos responsáveis de 494 famílias no programa revelou que 95% dos cuidadores relataram que seus filhos não cometeram mais crimes sexuais 1-2 anos após o programa ter terminado. Os relatórios do cuidador sobre reincidência não puderam, no entanto, ser verificados de forma independente, então mais pesquisas são necessárias, com um desenho de grupo de comparação, para fortalecer esses resultados alentadores sobre o impacto⁶⁹.

Aprender com as investigações sobre o abuso organizacional e institucional mostrou que muitas vezes as organizações que têm a responsabilidade de proteger crianças e adolescentes vulneráveis são locais onde ocorrem novos abusos e a vulnerabilidades das crianças é agravadas⁷⁰. A ação para criar ambientes seguros dentro das instituições precisa ir além da manipulação do ambiente físico (prevenção situacional) para incluir responsabilidades individuais pela segurança da criança em casa, escola, instituições residenciais de justiça e assistência e outras áreas da vida cotidiana. Financiadores e organizações filantrópicas podem contribuir para este trabalho apoiando a implementação e monitoramento

externo de padrões institucionais de proteção à criança, incluindo melhor defesa e voz para vítimas de crianças e adolescentes. Avaliações de abordagens de “toda a escola” à violência trouxeram resultados promissores sobre a criação de instituições seguras com base em programas de mudança no que os jovens disseram sobre suas experiências diárias. Essas abordagens visam mudar toda a cultura escolar, envolvendo alunos, professores, outros funcionários da escola e, muitas vezes, os pais em um programa abrangente de mudança para criar um ambiente de aprendizagem seguro. Alguns exemplos são o Good Schools Toolkit em Uganda e Shifting Boundaries, Safe Dates and Dating Matters nos Estados Unidos.

ESTUDO DE CASO - JOVENS COM COMPORTAMENTO SEXUAL PREJUDICIAIS

Shifting Boundaries é um programa escolar que combina educação sobre violência de gênero com prevenção situacional de crimes, intervenções com perpetradores e vítimas. O currículo do programa de sala de aula enfoca as consequências legais da violência no namoro, igualdade de gênero e relacionamentos saudáveis. Ele é apoiado por uma intervenção baseada na construção, onde alunos e professores identificam “pontos críticos” onde a violência e o assédio ocorrem com mais frequência, colocam placas e aumentam a supervisão de adultos nesses locais.

Os alunos que cometem atos de violência ou assédio recebem ordens de restrição temporárias. Em um teste randomizado por cluster com 20 escolas e mais de 2.500 alunos, as escolas

foram designadas aleatoriamente para receber o prédio e a programa de sala de aula, o programa de sala de aula sozinho, a intervenção de construção sozinha, ou nenhum deles. Verificou-se que os alunos que foram expostos às intervenções em sala de aula e em edifícios relataram a menor incidência de assédio sexual e perpetração e vitimização de violência sexual. A intervenção baseada em construção por si só foi eficaz na redução da perpetração de assédio sexual e vitimização e perpetração de violência sexual (mas não vitimização). A intervenção em sala de aula por si só não foi eficaz na redução da violência ou assédio.

Um ECR subsequente concluiu que o programa é eficaz para prevenção primária e secundária com meninos e meninas. Um nível mais alto de saturação para a entrega do programa (não limitando o currículo a apenas uma série escolar) levou a taxas reduzidas de assédio sexual, sugerindo que a abordagem de múltiplos componentes envolvendo toda a escola é mais eficaz.⁷¹

A falta de vontade política e a falta de recursos adequados são frequentemente citados como os motivos pelos quais os sistemas não funcionam ou porque as crianças não têm acesso aos serviços, embora muito possa ser alcançado em contextos onde os recursos são escassos⁵. Evidências relevantes ao contexto podem auxiliar nas decisões em ambientes de poucos recursos sobre quais respostas podem ser mais eficazes.

A Tabela I resume ações eficazes, promissoras e prudentes para ajudar a criar um ambiente nacional favorável para prevenir e responder ao abuso e exploração sexual infantil. Exemplos de ações e programas são mostrados. Eles foram selecionados de HICs e LMICs com base na força das avaliações e compromissos com os padrões internacionais. Em LMICs, alguns exemplos mostrados são adaptações e implementações de programas avaliados apenas em HICs.

AMBIENTES SEGUROS - PESQUISA PROMISSORA

Shifting Boundaries é um programa escolar que combina educação sobre violência de gênero com prevenção situacional de crimes, intervenções com perpetradores e vítimas. O currículo do programa de sala de aula enfoca as consequências legais da violência no namoro, igualdade de gênero e relacionamentos saudáveis. Ele é apoiado por uma intervenção baseada na construção, onde alunos e professores identificam “pontos críticos” onde a violência e o assédio ocorrem com mais frequência, colocam placas e aumentam a supervisão de adultos nesses locais. Os alunos que cometem atos de violência ou assédio recebem ordens de restrição temporárias. Em um teste randomizado por cluster com 20 escolas e mais de 2.500 alunos, as escolas foram designadas aleatoriamente para receber o prédio e a programa de sala de aula, o programa de sala




de aula sozinho, a intervenção de construção sozinha, ou nenhum deles. Verificou-se que os alunos que foram expostos às intervenções em sala de aula e em edifícios relataram a menor incidência de assédio sexual e perpetração e vitimização de violência sexual. A intervenção baseada em construção por si só foi eficaz na redução da perpetração de assédio sexual e vitimização e perpetração de violência sexual (mas não vitimização). A intervenção em sala de aula por si só não foi eficaz na redução da violência ou assédio. Um ECR subsequente concluiu que o programa é eficaz para prevenção primária e secundária com meninos e meninas.











Um nível mais alto de saturação para a entrega do programa (não limitando o currículo a apenas uma série escolar) levou a taxas reduzidas de assédio sexual, sugerindo que a abordagem de múltiplos componentes envolvendo toda a escola é mais eficaz.⁷¹

















A falta de vontade política e a falta de recursos adequados são frequentemente citados como os motivos pelos quais os sistemas não funcionam ou porque as crianças não têm acesso aos serviços, embora muito possa ser alcançado em contextos onde os recursos são escassos⁵. Evidências relevantes ao contexto podem auxiliar nas decisões em ambientes de poucos recursos sobre quais respostas podem ser mais eficazes.

A Tabela I resume ações eficazes, promissoras e prudentes para ajudar a criar um ambiente nacional favorável para prevenir e responder ao abuso e exploração sexual infantil. Exemplos de ações e programas são mostrados. Eles foram selecionados de HICs e LMICs com base na força das avaliações e compromissos com os padrões internacionais. Em LMICs, alguns exemplos mostrados são adaptações e implementações de programas avaliados apenas em HICs.

TABELA 1: Ações para apoiar um ambiente nacional favorável

EVIDÊNCIA CHAVE					
1	uma ou mais das sete estratégias INSPIRE	○	Países de alta renda		classificação de evidência eficaz
2	1 ou mais das sete estratégias RESPECT	△	Países de renda baixa e média		classificação de evidência promissora
3	ação recomendada nas estratégias do UNICEF				classificação de evidência prudente

AMBIENTES NACIONAIS FACILITADORES							
Ações	Exemplos	Problemas de implementação	Evidência				
Implementar estratégias e políticas nacionais, alinhar e fazer cumprir as leis com os padrões internacionais e investir recursos.	Legislação que operacionaliza os compromissos sob a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e outros compromissos relevantes	Recursos adequados - pessoal, treinamento, coordenação multissetorial, monitoramento, etc. - são alocados para a fiscalização.	1	2	3		
	Idade mínima para as leis de casamento (18 anos)	Remover as exceções de permissão parental ou judicial. Políticas para lidar com as causas do casamento precoce, por exemplo educação para meninas	1	2	3		 ⁷²
	Harmonização global das leis sobre CSA / CSE online como no Modelo de Resposta Nacional WePROTECT	Apoiar a colaboração entre governo, setor de TIC e serviços que trabalham com crianças	1	2	3		 ⁷³
	Justiça sensível às vítimas e amiga da criança, por ex. abordagens informadas sobre trauma em modelos de Advocacia Infantil / Barnahus, delegacias de polícia especializadas, por exemplo Tanzânia	Monitorar os resultados em diferentes contextos com atenção às desigualdades de acesso (por exemplo, em comunidades rurais), desafios de implementação e impacto no processo penal.	1	2		 ⁷⁴	
	Protocolos de política nacional sobre identificação, avaliação, relatório e resposta, por exemplo, Reino Unido e Zimbábue ⁷⁵	Compromisso nacional para aprender e enfrentar as barreiras que as crianças vítimas enfrentam para obter ajuda. Treinamento, recursos e coordenação multissetorial para respostas de serviço. Introdução de relatórios obrigatórios faseada, com recursos adequados e monitorada, uma vez que as evidências de impacto são confusas. ⁷⁶	1	2	3		 ⁷⁷

AMBIENTES NACIONAIS FACILITADORES						
Ações	Exemplos	Problemas de implementação	Evidência			
Regular a demanda e prevenir reincidência	Processo e sanções criminais para infratores adultos, por ex. retirar exceções de processo criminal por estupro e crimes sexuais cometidos por criminosos que são casados ou que se oferecem para se casar com a vítima, garantindo a proteção das vítimas de vitimização secundária	Recursos para aplicação da lei	1	2	3	 
	Desviar crianças que cometem crimes sexuais de custódia	Recursos para da aplicação da lei e alternativas à custódia de menores	1	2	3	 
	Tratamento para crianças com comportamentos sexuais prejudiciais por exemplo, terapia multissistêmica (MST), apoio direcionado envolvendo jovens e responsáveis	O MST requer alto nível de recursos profissionais, portanto, o suporte direcionado ao piloto e o monitoramento provavelmente serão mais práticos onde os recursos são escassos	1	2	3	 
Criar ambientes e instituições seguras	Manipulação do ambiente físico para aumentar a segurança. Por exemplo, prevenção combinada de IPV e violência sexual e estratégias situacionais / de construção Shifting Boundaries, EUA, projetos de espaços e acampamentos para crianças em contextos humanitários.	Precisa-se da participação dos jovens no mapeamento de pontos críticos e integração com respostas de serviço, como resposta da escola a colegas perpetradores	1	2	3	 
	Abordagens de toda a escola, visando não apenas a violência de colegas e parceiros, mas também a violência perpetrada por professores e outros funcionários educacionais e segurança geral de edifícios, por exemplo, Good Schools Uganda Doorways III Gana e Malawi. Eficaz para a prevenção da violência, mas muito poucos dados sobre violência sexual auto-relatada para avaliar o impacto.	O monitoramento de longo prazo é necessário, pois os relatos de abuso sexual podem aumentar no início, conforme aumenta a confiança da vítima para relatar. Precisa-se de coordenação e recursos nas escolas e na comunidade em geral para implementar uma resposta eficaz	1	2	3	 
	Uso de tecnologia para detectar e denunciar online com botões para denunciar abuso, levando ao aumento de denúncias públicas e identificação e remoção de CSAM ou materiais prejudiciais.	Requer esforços internacionais contínuos para identificar materiais republicados em locais diferentes ou em áreas não regulamentadas.	1	2	3	 
	Políticas e sistemas de proteção para crianças e organizações comunitárias, grupos religiosos e esportes - por exemplo, Child Safe Standards, Austrália; orientação sobre proteção de crianças no esporte	Precisa-se de integração em estratégias de prevenção mais amplas para lidar com riscos e motivadores organizacionais. Atualmente há pouca evidência de impacto	1	2	3	 
	Envolver o setor privado e as comunidades na criação de ambientes seguros. códigos de conduta em viagens e turismo.		1	2	3	 

6

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

FUNDAMENTO

Os artigos 19, 20, 34 e 39 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (UNCRC) estabelecem a obrigação do Estado de proteger as crianças de todas as formas de violência, negligência, maus-tratos, abuso e exploração sexual e estabelecer procedimentos e programas sociais de prevenção e resposta, incluindo a identificação, notificação, encaminhamento, apoio e cuidado das crianças.

Melhorar o acesso a serviços de saúde, assistência social, justiça e apoio de boa qualidade para todas as crianças é uma das sete estratégias INSPIRE. Isso pode reduzir o impacto de longo prazo do abuso e da exploração sexual, ajudando também a prevenir o abuso na próxima geração.

O Artigo 12 da CDC estabelece as responsabilidades do Estado de proteger, promover e respeitar os direitos das crianças de participar das decisões que as afetam. Levando em consideração os melhores interesses da criança, a participação no trabalho com crianças deve ser ética, segura e significativa.

O ODS 16.7 visa garantir uma tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

Duas ações específicas para melhorar a prestação de serviços foram identificadas a partir da revisão de evidências:

- investir recursos e desenvolver a capacidade dos serviços para prevenir e responder
- melhorar a participação, a defesa e a responsabilidade em relação às crianças

Todos os sistemas de proteção infantil precisam de respostas a serem desenvolvidas no contexto e que façam sentido para as comunidades que os utilizam⁵⁹. Muitos países enfrentam desafios para garantir a existência de serviços que sejam acessíveis e relevantes para as necessidades de crianças e jovens em risco ou enfrentando diferentes tipos de abuso sexual e / ou exploração sexual^{33, 34, 40, 53, 59}. Amigos, família e apoio informal são o primeiro ponto de parada para muitas crianças que procuram ajuda⁸⁶. A falta de confiança e a frustração com a inacessibilidade ou respostas inadequadas dos serviços formais podem deixar as crianças e as famílias com poucas opções além de buscar soluções informais. Algumas respostas da comunidade, como exigir que o estupro se case com uma vítima adolescente, podem ser inúteis no combate às causas subjacentes⁸⁷. É mais provável que os serviços serão eficazes onde:

1. as crianças são envolvidas de maneira significativa e ética, diretamente em esforços multissetoriais, desde o nível da comunidade para cima, no mapeamento das necessidades e na disponibilidade de serviços. A consulta direta inclusiva e ética com os jovens pode melhorar a prestação de serviços e esta é uma área de clara prioridade para o abuso e a exploração sexual infantil⁸⁸;
2. os serviços formais aproveitam os pontos fortes e as lacunas dos mecanismos de proteção da criança existentes para prevenir, identificar, relatar e responder ao abuso e à exploração sexual em comunidades específicas⁵⁹;
3. a ajuda é acessível e adequada às necessidades de meninas e meninos⁴;
4. o parto é guiado pelos princípios do atendimento informado ao trauma⁸⁹.

Em locais com poucos recursos, os serviços de linha de frente podem estar concentrados em áreas urbanas ou disponíveis de forma desigual em áreas de conflito ou de emergência anteriores, tornando a acessibilidade um desafio particular para crianças em áreas rurais. Muitos países criaram linhas de apoio gratuitas e confidenciais para crianças, fornecendo aconselhamento e apoio diretamente às próprias crianças como uma primeira resposta⁹⁰.

São necessários recursos para atender crianças em comunidades identificadas como vulneráveis e as próprias crianças e adolescentes estão em melhor posição para expressar suas opiniões sobre quais serviços são úteis.

:

ESTUDO DE CASO: ENVOLVER CRIANÇAS E JOVENS EM SERVIÇOS

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC):

Melhorar a relevância dos serviços em ambientes humanitários e de conflito, a Save the Children conduziu uma consulta por meio de grupos focais com 2.437 crianças e jovens de 7 a 17 anos e 234 responsáveis adultos de crianças menores de 5 anos que vivem em cinco áreas da RDC. Foi usado um sistema de votação por pontos para identificar as necessidades e prioridades das crianças e adolescentes. As prioridades classificadas em primeiro lugar foram o acesso à educação, segurança alimentar, saúde e segurança e proteção contra a exploração. Verificou-se que meninas de até 6 anos classificaram a proteção contra abuso e exploração sexual entre suas prioridades. A Save the Children publicou orientações úteis sobre a participação significativa e ética da criança⁹¹.

Serviços multicomponentes e multi-agências, como serviços do tipo 'balcão único' com recursos bem-sucedidos e coordenação eficaz e links com outros serviços, provavelmente serão mais eficazes, embora a pesquisa sobre segurança de crianças e adolescentes e resultados de bem-estar precisem ser mais desenvolvidos. Serviços completos de violência sexual, como delegacias de polícia de abuso de gênero e de criança na Tanzânia e no Sudão ou serviços Thuzulela da África do Sul e SARCs no Reino Unido, normalmente reúne profissionais de saúde, serviços forenses e jurídicos, aconselhamento e apoio às vítimas para fornecer um atendimento mais holístico e coordenado. Serviços completos com foco específico na proteção da criança normalmente reúnem profissionais de bem-estar e defesa da criança, saúde e justiça em um ambiente favorável às crianças para fornecer

cuidados holísticos desde a identificação, avaliação, proteção e ação penal até o tratamento e recuperação. Há evidências de serviços como os Centros de Advocacia Infantil nos EUA e em Casas de Crianças / Barnahus em toda a Europa de um crescimento de encaminhamentos e

serviços fornecidos relacionados a violência sexual, processos de ação penal aprimorados e satisfação da criança e dos pais / cuidadores com o serviço.⁷⁴ Foram desenvolvidos padrões e diretrizes de serviço para Barnahus⁹².

ESTUDO DE CASO: CENTRO DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA MALINDI

QUÊNIA: Em 2009, uma avaliação participativa no Sub-condado de Malindi foi realizada para identificar os problemas que impedem os membros da comunidade de relatar casos de abuso, violência e exploração infantil ao Departamento de Serviços para Crianças. O inquérito identificou os seguintes problemas principais: os casos de abuso eram frequentemente resolvidos ao nível da comunidade pelas autoridades locais que contornavam a lei; a comunidade não estava ciente de como o sistema de denúncia estava funcionando; os sobreviventes e suas famílias estavam desistindo durante o relato devido à falta de fundos para acompanhar todos os serviços espalhados; a falta de confiança da comunidade limitou os casos que chegam ao sistema de justiça e muito poucos casos foram concluídos. Os resultados da pesquisa e da pesquisa internacional foram usados para informar uma nova abordagem aos Centros de Proteção à Criança, com um plano operacional detalhado. Em 2010, o modelo liderado pela comunidade foi adotado pelo Governo do Quênia e o primeiro Centro de Proteção à Criança (CPC) foi construído em Malindi para fornecer um centro de serviços coordenados e inclusivos de qualidade para garantir que as crianças e suas famílias tivessem acesso a apoio imediato e orientação para responder ao abuso, exploração e violência e para melhorar suas vidas a fim de atingir seu pleno potencial. O CPC teve como objetivo fortalecer a gestão de casos por meio de serviços psicossociais e jurídicos coordenados e eficazes. É um “balcão único” onde, quando qualquer abuso, negligência ou exploração é relatado, serviços essen-

ciais podem ser oferecidos em um espaço amigo da criança. É também um centro de recursos da comunidade, aberto a todos os membros da comunidade, fornecendo um centro de informações e serviços coordenados principalmente para crianças e suas famílias, apoiados por programas de mudança de normas de atividades na comunidade local. O CPC oferece: educação preventiva da comunidade, avaliação individual de crianças; aconselhamento infantil e familiar e apoio psicossocial, assistência jurídica, localização, reunificação e reintegração de crianças separadas e encaminhamento para outros prestadores de serviços, como centros de saúde, centros de reabilitação, polícia, judiciário ou escolas de formação profissional. A equipe do centro inclui um gerente, nomeado pelo Diretor do Departamento de Serviços para Crianças, quatro assistentes sociais, um conselheiro infantil e um oficial jurídico. O policial do distrito infantil e um policial da Delegacia de Gênero e Crianças da Polícia também estão localizados no centro para ajudar no trabalho colaborativo. O centro supervisiona cada caso do início ao fim. É apoiado por uma linha de ajuda gratuita e confidencial para que qualquer pessoa possa denunciar um caso de abuso infantil. Os dados de avaliação mostram um aumento no número médio de casos de 100 por mês em 2009 para 250 por mês durante o período de 2012-2014 e 340 em 2017-2018. De 2010 a julho de 2018, o CPC em Malindi forneceu serviços de qualidade e integrados a 27.607 crianças (51% meninas). 90% dos casos notificados ao CPC de Malindi em 2017-2018 foram resolvidos com sucesso. Os casos relatados de “profanação” infantil, abuso e exploração sexual cresceram lentamente e representaram quase 6% de todos os casos encaminhados em 2018⁹³. Há quatro CPCs operando e outros programados para serem inaugurados no Quênia. Os CPCs são apoiados pelos esforços do governo para melhorar a capacidade de serviço, preencher lacunas na política e na legislação, criar um banco de dados nacional de gerenciamento de casos e melhorar os sistemas nacionais de proteção à criança.

A força de trabalho social é escassamente distribuída e pouco apoiada em muitos países e há necessidade de mais investimentos. O UNICEF publicou recentemente orientações sobre o fortalecimento da força de trabalho social de proteção à criança.⁹⁴ Há resultados encorajadores de pesquisas iniciais que sugerem que em ambientes com poucos recursos, a capacidade dos serviços também pode ser desenvolvida por meio de força-tarefa especializada ou modelos de distribuição radial (“hub and spoke”) móveis de desenvolvimento de serviços⁹⁵.

Adolescentes explorados sexualmente podem ser resistentes às respostas tradicionais de proteção à criança, especialmente se eles fugiram de uma instituição de acolhimento residencial e não

confiam nos serviços de assistência social. Os programas de divulgação e defesa são frequentemente vinculados a serviços de atendimento único ou abrigos e tendem cada vez mais a recorrer a informações sobre traumas práticas e métodos de gestão de casos. Consultas com adolescentes, avaliações qualitativas e experiência prática favorecem o alcance de especialistas ou modelos de defesa que respondem às necessidades práticas imediatas (alimentação, cuidados de saúde, etc.) e criam confiança, adotando uma abordagem em etapas desta jornada para a segurança, recuperação e reintegração⁹⁶. Essas abordagens exigem mais pesquisas e atenção.





RECUPERAÇÃO FOCADA NO TRAUMA: PESQUISA PROMISSORA





































O que funciona para crianças e adolescentes que têm problemas de saúde mental ou comportamental como consequência de abuso sexual dependerá do diagnóstico, portanto, nem todos os sobreviventes de abuso sexual se beneficiarão da mesma intervenção terapêutica. Pesquisas indicam a importância de envolver o cliente nas escolhas de tratamento⁹⁷. Entre um terço e a metade de todas as crianças em idade escolar que relatam experiências de abuso sexual também apresentam níveis clínicos de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT)⁹⁸. Com base em vários estudos sólidos, a OMS endossou a TCC com foco no trauma como tratamento para crianças e adolescentes abusados sexualmente com Transtorno de Estresse Pós-Traumático¹. As abordagens da TCC com foco no trauma foram avaliadas no LMI-CS em um pequeno número de trilhas experimentais. Um RCT na Zâmbia teve como objetivo comparar os sintomas de trauma em órfãos e crianças vulneráveis que receberam Terapia Cognitivo-

Comportamental (TCC) com um tratamento focado em trauma (N = 131) com resultados para comparação, lista de espera / grupo de tratamento como de costume (N = 126). Devido à configuração de poucos recursos, o tratamento foi realizado por conselheiros leigos recrutados, treinados e supervisionados por profissionais experientes na comunidade. Reduções estatisticamente maiores nos sintomas de trauma e deficiência funcional foram encontrados para crianças na TCC com um grupo focal de trauma do que para aqueles no grupo de comparação. Houve reduções de 81,9% nos sintomas de trauma e 89,4% na deficiência funcional para a TCC com grupo focal de trauma em comparação com reduções de 21,1% para sintomas de trauma e 68,3% para deficiência funcional no grupo de comparação⁹⁹. Na República Democrática do Congo (RDC), outra trilha comparou os resultados de 52 meninas de 12 a 17 anos designadas aleatoriamente para TCC com foco em trauma (N = 24) ou para um grupo de comparação de lista de espera (N = 28)¹⁰⁰. Meninas no grupo focal de TCC com trauma mostraram reduções significativamente maiores nos sintomas de trauma.

TABELA 2: Ações para apoiar a entrega de serviços

EVIDÊNCIA CHAVE					
1	uma ou mais das sete estratégias INSPIRE	○	Países de alta renda		classificação de evidência eficaz
2	1 ou mais das sete estratégias RESPECT				
3	ação recomendada nas estratégias do UNICEF	△	Países de renda baixa e média		classificação de evidência prudente
					

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO						
Ações	Exemplos	Problemas de implementação	Evidência			
Construir a capacidade dos serviços e investir recursos	Linha de ajuda infantil ou linhas de denúncia de abuso para adultos, por exemplo Childline Quênia, Tanzânia, Reino Unido. Aumentar o número de ligações e o acesso das crianças aos serviços. A pesquisa de acompanhamento sobre os resultados é limitada.	Recursos necessários para implementação, treinamento, política, procedimentos e estrutura de governança e links com respostas, recursos e conscientização multissetoriais. Muitas linhas de apoio também fornecem serviços online. ¹⁰¹	1	2	3	
			 ¹⁰²			
	Capacitar profissionais para identificar e denunciar abuso / exploração sexual infantil, por exemplo <i>Darkness to Light Stewards of Children</i> , EUA. Os casos relatados aumentam. O treinamento deve ser reforçado e repetido.	Monitoramento adicional é necessário para avaliar o impacto dos relatórios sobre os resultados da criança.	1	2	3	
			 ¹⁰³			

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO									
Ações	Exemplos	Problemas de implementação	Evidência						
Construir a capacidade dos serviços e investir recursos (continuação)	Colaboração policial transnacional na identificação, denúncia e acusação online de vítimas e perpetradores de CSAM. Aumenta os relatórios, processos e remoção de CSAM	Requer a implementação de orientações WeProtect, uma estrutura de legislação, recursos para desenvolver experiência para colaboração da polícia nacional, colaboração de prestadores de serviços online do setor privado, apoiado por educação preventiva com crianças em escolas e pais	<table border="1"> <tr> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td></td> </tr> </table>	1	2	3			
	1	2	3						
									
	Serviços coordenados de balcão para responder à violência baseada no gênero e abuso infantil, por exemplo Thuzulela centra-se na África do Sul, Malindi CPC Quênia, SARC's Reino Unido	O design do serviço é adequado e acessível a crianças e adolescentes na comunidade	<table border="1"> <tr> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td></td> </tr> </table>	1	2	3			
	1	2	3						
									
Divulgação e apoio fornecendo abordagens informadas e encenadas sobre traumas para cuidar de crianças e adolescentes explorados sexualmente, por exemplo, modelo Barnardo's 4 A no Reino Unido, apoio para vítimas de tráfico	Coordenação multissetorial com serviços formais e comunidade.	<table border="1"> <tr> <td>2</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> </tr> </table>	2	3					
2	3								
									
Serviços de recuperação, por exemplo Terapia Cognitivo-Comportamental com foco no trauma	Em ambientes com poucos recursos, orientação e paraprofissionais treinados podem oferecer terapia.	<table border="1"> <tr> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> </table>	1	2	3				
1	2	3							
									
EMDR (Desensitização e Reprocessamento dos Movimentos dos Olhos) - considerado eficaz no tratamento de sintomas de trauma em crianças mais velhas e adolescentes, especialmente se estiver abaixo do nível clínico para TEPT	Outros modos de entrega podem ser melhores em áreas de poucos recursos, por ex. uso de voluntários, terapia online Outros modos de entrega podem ser melhores em áreas de poucos recursos, por ex. uso de voluntários, terapia online	<table border="1"> <tr> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td></td> <td colspan="2"></td> </tr> </table>	1	2	3				
1	2	3							
									
Melhorar a participação de, apoio a e responsabilidade para com as crianças	Crianças e adolescentes têm um papel significativo na política pública e na concepção, prestação e monitoramento de serviços, por exemplo, Congo, identificando prioridades em contextos de conflito, influenciando a lei de consentimento Kosovo	Requer estruturas e processos organizacionais para que as vozes das crianças sejam ouvidas.	<table border="1"> <tr> <td>1</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> </tr> </table>	1	3				
			1	3					
									

7

MUDANÇA SOCIAL E COMPORTAMENTAL

FUNDAMENTO

Todas as sete estratégias de ação INSPIRE baseiam-se no reconhecimento de que o fim da violência contra as crianças requer prevenção primária e respostas eficazes. A prevenção primária aborda as crenças, atitudes e comportamentos subjacentes, desigualdades, riscos e motivadores da violência nos níveis do indivíduo, família e relacionamentos, comunidade, organização / instituição e contexto social e político mais amplo.

Três áreas de atividades inter-relacionadas foram identificadas na revisão das evidências:

- abordar os riscos e motivadores e aumentar os fatores de proteção para abuso e exploração sexual infantil no contexto, alguns dos quais diferem daqueles associados a outras formas de violência
- mudanças nas normas sociais e no comportamento que apoiam a desigualdade e discriminação de gênero e o abuso sexual de crianças e adolescentes
- apoiar pais e responsáveis para manter seus filhos protegidos contra abuso e exploração sexual infantil.

Todas as três áreas de ação funcionam melhor se envolverem crianças, famílias ou (quando apropriado) e comunidades. Os esforços para mudar as normas sociais, por exemplo, não terão sucesso sem o envolvimento das pessoas da comunidade, incluindo homens e meninos. A participação da comunidade auxilia na coordenação e no trabalho conjunto e apoia a capacidade local de resposta e também contribui para resultados mais sustentáveis.

As mensagens gerais para melhores práticas são:

1. programas de boa qualidade, interativos, apropriados para gênero e idade funcionam melhor para direcionar o comportamento e as atitudes de crianças e jovens. Por exemplo, como parte de tornar os ambientes seguros para crianças mais novas, a educação de segurança em ambientes domésticos, escolares e comunitários para pais e seus filhos de 4 a 9 anos pode focar a segurança nas relações com adultos e colegas, incluindo adultos de confiança, partes do corpo, reconhecer toques inadequados ou outras formas de comportamento sexual, incluindo online, e com quem falar sobre isso. Os programas para crianças mais velhas (com mais de 10 anos) podem abordar a vitimização e perpetração sexual, questões de consentimento e respeito e igualdade de gênero em relacionamentos de pares, família e íntimos.
2. abordagens abrangentes que combinam redução de risco com educação, mudança de comportamento e mais ativos, construção de habilidades e estratégias de empoderamento estão apresentando os resultados mais promissores.

ESTUDO DE CASO: TENHO O DIREITO DE ME SENTIR SEGURO

EQUADOR *Tenho o direito de me sentir seguro* é um programa de autoproteção contra abuso sexual infantil de 10 semanas para crianças de 7 a 12 anos em uso na América Latina e na África. Foi adaptado e estabelecido no Equador para uso em escolas pela ONG Fundacion Azulado, que trabalha com professores, pais e crianças para prevenir a violência e o abuso sexual e apoiar a recuperação. Ensinar a autoproteção às crianças e onde encontrar ajuda é uma parte importante de uma resposta mais ampla para reduzir os riscos de abuso sexual infantil. O programa usa uma abordagem de treinar o treinador, em que os professores são treinados por um psicólogo e orientados na entrega do programa por membros da





Fundacion Azulado. O programa visa aumentar a autoestima das crianças, ajudá-las a identificar uma rede de segurança pessoal de adultos de confiança, distinguir entre toques bons e ruins, toques apropriados e inadequados, evitar situações de risco, praticar o direito de dizer 'não', divulgar abusos e reconhecer que o abuso nunca é culpa de uma criança. Um RCT do programa entregue a 4.932 crianças que comparou os resultados da pontuação das crianças que receberam o programa com aquelas em um grupo de controle de lista de espera no início do estudo, imediatamente após e 6 meses depois encontrou melhorias significativas nos níveis de conhecimento das crianças no programa. Esses ganhos foram retidos 6 meses depois¹¹¹.






O PROJETO DE EMPODERAMENTO E SUBSISTÊNCIA PARA ADOLESCENTES (ELA): PESQUISA PROMISSORA












UGANDA: O projeto ELA combina formação em micro finanças e habilidades para a vida e foi criado inicialmente pelo BRAC em 2003, uma organização de desenvolvimento que está envolvida em atividades de micro finanças em áreas rurais desde 1974. Atingiu mais de 290.000 jovens em todo o mundo e está sendo executado em seis países - Bangladesh, Uganda, Tanzânia, Serra Leoa, Sudão do Sul e Libéria. Em Uganda, o projeto ELA é voltada para meninas adolescentes e mulheres jovens de 13 a 21 anos, especialmente aquelas que estão fora da escola. Tem como objetivo reduzir o comportamento de risco e melhorar a saúde e o bem-estar das meninas, capacitando-as social e financeiramente, proporcionando-lhes um espaço seguro fora de casa para se socializarem e construir redes sociais,

receber mentoria, habilidades para a vida, treinamento vocacional, microfinanciamento e ajuda a se tornar autossustentável. Um ensaio clínico randomizado em Uganda acompanhou 4.800 participantes ao longo de dois anos, comparando os resultados para meninas em 100 comunidades designadas aleatoriamente para receber o programa ELA com resultados para meninas em 50 comunidades de controle sem o programa ELA. Na época, o programa ELA de Uganda não tinha um esquema de micro finanças. Em relação às meninas adolescentes nas comunidades de controle, a intervenção combinada de fornecer simultaneamente treinamento vocacional e informações sobre sexo, reprodução e casamento, mostrou que dois anos depois as meninas tiveram 72% de aumento na probabilidade de se envolver em atividades geradoras de renda, impulsionado pelo aumento do trabalho autônomo. As meninas também tiveram um aumento de 41% nos gastos mensais com consumo. Houve um declínio de 26% na gravidez na adolescência e um declínio no número de meninas que relataram ter feito sexo sem vontade de 14% para 8%¹¹².

TABELA 3: Ações para Apoiar a Mudança Social e Comportamental

1	uma ou mais das sete estratégias INSPIRE	○	Países de alta renda		classificação de evidência eficaz
2	1 ou mais das sete estratégias RESPECT				
3	ação recomendada nas estratégias do UNICEF	△	Países de renda baixa e média		classificação de evidência prudente
					

Ações	Exemplos	Problemas de implementação	Evidência	
Abordar os riscos e motivadores no contexto e criar resiliência	Com base na escola e no berçário, mantendo a educação segura para as crianças, por ex. Para quem você conta? Canadá; Tenho o direito de me sentir seguro, Equador. Melhora o conhecimento das crianças sobre o abuso sexual, toques seguros e inseguros, a quem contar / o que fazer sem consequências adversas, como o aumento dos medos. Não há evidências de impacto nas taxas de vitimização após a exposição ao programa.	Impacto influenciado pela qualidade do programa, duração mais longa, formato interativo que permite que as crianças pratiquem habilidades (como dramatização) e envolvimento de pais e professores. Os dados sobre divulgação muitas vezes não são coletados.	 113	 114
	Empoderamento e autodefesa para meninas adolescentes - não foram encontradas evidências sobre o impacto em menores de 18 anos em HICs. RCTs no Malawi e no Quênia descobriram que o programa IMPower reduziu a auto relato de vitimização sexual, aumentou a autoconfiança e auto relatou o uso bem sucedido de comportamento defensivo. A análise a nível individual não foi possível.	Entregue no contexto de um programa mais amplo de Escolas Seguras, não como um programa autônomo.		 115
	Fortalecimento econômico para mulheres e meninas e crianças vulneráveis, como órfãos, por ex. segurança social, transferências monetárias condicionais ou não condicionais como no programa Zomba, de Malawi.	Se combinado com outros esforços de prevenção, pode ter potencial para lidar com os riscos associados de abuso e exploração sexual para adolescentes.		 116
	Programas combinados de gênero, capacitação econômica e habilidades vocacionais para a vida para meninas adolescentes. Programa ELA Uganda	Os programas variam em diferentes contextos, mas geralmente envolvem espaços seguros para grupos de colegas, educação em saúde, habilidades para a vida e construção de confiança e fortalecimento econômico		 112

Ações	Exemplos	Problemas de implementação	Evidência	
Mudar normas sociais e comportamentos que apoiam a desigualdade de gênero e abuso sexual de crianças	Educação comunitária ou escolar para focar em normas e valores arraigados de homens e mulheres que apoiam a desigualdade e violência de gênero. A maioria dos programas tem foco em IPV e nenhuma evidência direta de impacto na CSA / CSE, por exemplo Safe Dates nos EUA e África do Sul	Programas para adolescentes que envolvem os pais parecem ser mais eficazes.	 ¹¹⁷	 ¹¹⁸
	Programas de educação sexual / prevenção do HIV para homens e mulheres. Taxas mais baixas de sexo transacional e IPV perpetrado relatada por homens após a intervenção, mas sem impacto na vitimização das mulheres. Ex. Stepping Stones, África do Sul	Pode funcionar melhor para mulheres se combinado com capacitação econômica		 ¹¹⁹
	Envolvendo homens, meninos e comunidades na prevenção da violência, por ex. mentoria, envolvimento da comunidade e programas de espectadores	As avaliações mostram mudanças nas atitudes e nas intenções dos espectadores, mas o impacto sobre o abuso sexual infantil não foi medido.	 ¹²⁰	
Apoiar os pais e responsáveis para prevenir e proteger as crianças de abuso e exploração sexual	Visitas domiciliares direcionadas a famílias vulneráveis e programa estruturado para desenvolver uma paternidade positiva. Ex. <i>Family Nurse Partnerships</i> Reino Unido, Holanda, EUA Eficaz na redução dos registros de proteção à criança e na abordagem dos riscos relacionados ao abuso sexual infantil.	Embora eficazes para reduzir os riscos associados, os dados específicos de abuso e exploração sexual infantil são limitados e podem ser melhorados.	 ¹²¹	 ¹²²
	Programas parentais para prevenir maus-tratos e castigo físico, poucos relatam impacto na CSA / CSE e nenhum aborda o risco de crianças desenvolverem comportamento sexual prejudicial. Ex. O Head Start RCT nos EUA encontrou redução no abuso sexual infantil. Eficaz na redução dos registros de proteção à criança e na abordagem dos riscos relacionados ao abuso sexual infantil.	Mais eficaz se houver recursos para respostas coordenadas do sistema de proteção à criança.	 ¹²³	
	Melhorar a comunicação entre pais e filhos sobre sexo e segurança. <i>Os pais são importantes!</i> EUA; <i>Famílias são importantes!</i> Botsuana, Etiópia, Quênia, Malavi, Moçambique, África do Sul, Sudão, República Unida da Tanzânia, Zâmbia, Zimbabué	A comunicação melhora, mas o impacto sobre o abuso sexual e o comportamento dos jovens precisa ser medido	 ¹²⁴	 ¹²⁵

8

LACUNAS E DESAFIOS

O objetivo desta revisão é desenvolver, e, esperançosamente, levar adiante o trabalho focado no sistema existente para acabar com o abuso e a exploração sexual infantil. Muito já está sendo feito. Porque existem alguns riscos e fatores comuns para violência contra mulheres e contra crianças¹²⁶, intervenções que visam reduzi-los (como habilidades para a vida, igualdade de gênero e programas de empoderamento econômico e social) terão um impacto em algumas formas de abuso e exploração sexual infantil (como sexo transacional ou abuso de parceiro adolescente). Resultados desta revisão endossa as recomendações para uma maior colaboração e coordenação de esforços para abordar a violência contra as crianças e a violência contra as mulheres. Coleta de dados deste trabalho para mostrar o impacto específico sobre o abuso e a exploração sexual infantil é uma necessidade, embora provavelmente desafiador, dada a natureza oculta do problema tanto para meninas quanto para meninos, e ampla subnotificação. Pesquisas adicionais sobre escolas seguras seriam úteis.

Existem áreas onde as evidências de pesquisas indicam que, para acabar com o abuso e a exploração sexual infantil, é necessária uma mudança na abordagem. Os esforços para enfrentar o abuso e a exploração sexual infantil e ajudar as crianças afetadas não terão sucesso a menos que sejam fundados sobre o que as próprias crianças e jovens precisam e isso requer um esforço contínuo para apoiar a participação significativa das crianças. Existem muitas lacunas no conhecimento e desafios para a prática enfrentar, incluindo:

- **AMPLIAR O FOCO NOS PERPETRADORES:** para reduzir a demanda por abuso e exploração sexual infantil, incluindo abuso facilitado online e a produção de materiais de abuso sexual infantil. Pesquisas recentes sobre normas sociais e violência sexual¹²⁷ e o trabalho inter-regional em andamento na África na criação de linhas de base para medir e rastrear mudanças nas normas sociais são bem-vindos. Muito pouco é conhecido sobre as normas sociais que alimentam a demanda por diferentes tipos de abuso e exploração sexual infantil em diferentes contextos e relacionamentos. Muito pouco se sabe sobre as políticas que podem regular a demanda.
- **PREVENÇÃO PARA JOVENS COM COMPORTAMENTO PREJUDICIAL** A pesquisa e a prática sobre a prevenção, primária e secundária, de comportamento sexual prejudicial entre crianças e adolescentes que vivem na comunidade são muito limitadas, especialmente no sul global.
- **RESPOSTAS EFICAZ AO ABUSO ONLINE** onde programas existem, mas a pesquisa sobre sua eficácia ainda é limitada
- **ALCANÇAR TODAS AS CRIANÇAS**, incluindo grupos de crianças que foram negligenciadas em pesquisas, políticas e práticas, como meninos, crianças com deficiências físicas e dificuldades de aprendizagem e crianças em grupos marginalizados.
- **CONSTRUIR NOS PONTOS FORTES NO SETOR INFORMAL** o apoio informal e comunitário de colegas, grupos familiares e comunitários, incluindo grupos religiosos, são frequentemente a primeira ou principal fonte de ajuda, mas muito pouco se sabe sobre o que isso envolve.

NOTAS FINAIS

- 1** WHO (2017) Responding to children and adolescents who have been sexually abused : WHO clinical guidelines, World Health Organisation, Geneva.
- 2** WHO (2016) INSPIRE : Seven strategies for ending violence against children, World Health Organisation : Geneva; WHO (2018) INSPIRE Handbook: action for implementing the seven strategies for ending violence against children, Geneva, World Health Organisation.
- 3** WHO (2019) RESPECT women: Preventing violence against women, Geneva: World Health Organization
- 4** Ligiero, D., Hart, C., Fulu, E., Thomas, A., & Radford, L. (2019) What works to prevent sexual violence against children: Evidence Review. Together for Girls. www.togetherforgirls.org/svsolutions
- 5** Economist (2018) Out of the shadows: Shining the light on the response to child sexual abuse and exploitation: A 40 country benchmarking index, Economist Intelligence Unit, London.
- 6** <https://static1.squarespace.com/static/5630f48de4b00a75476ecf0a/t/5deecb0fc4c5ef23016423cf/1575930642519/FINAL+-+Global+Threat+Assessment.pdf>
- 7** Radford, L. Allnock, D. & Hynes, P. (2015) Preventing and Responding to Child Sexual Abuse and Exploitation : Evidence Review New York : UNICEF; Radford, L. Allnock, D. & Hynes, P. (2015) Promising programmes to prevent and respond to child sexual abuse and exploitation, New York: UNICEF
- 8** The full evidence review can be found at <https://www.unicef.org/documents/action-end-child-sexual-abuse-and-exploitation-reviewevidence-2020>
- 9** Stoltenborgh, M. van Ijzendoorn, M. Euser, E. & Bakermans-Kranenburg, M. (2011) A Global Perspective on Child Sexual Abuse: Meta-analysis of prevalence around the world, Child Maltreatment, 16:2, 79–101.
- 10** UNICEF (2020) A new era for girls: Taking stock of 25 years of progress, UNICEF/ UNWomen/Plan International: New York.
- 11** Finkelhor, D. Shattuck, A. Turner, H. & Hamby, S. (2014a) The Lifetime Prevalence of Child Sexual Abuse and Sexual Assault Assessed in Late Adolescence, Journal of adolescent Health, 14: 1-5; de Santisteban, P. & Gámez-Guadix, M. (2018) Prevalence and Risk Factors Among Minors for Online Sexual Solicitations and Interactions With Adults, The Journal of Sex Research, 55:7, 939-950.
- 12** Wager, N. Armitage, R. Christmann, R. Gallagher, B. et al (2018) Rapid evidence assessment: quantifying the extent of online-facilitated child sexual abuse: Report for the Independent Inquiry into Child Sexual Abuse, University of Huddersfield, Huddersfield, <https://www.iicsa.org.uk/document/rapid-evidence-assessment-quantifying-extent-onlinefacilitated-child-sexual-abuse>
- 13** WePROTECT (2018) Global Threat Assessment 2018 WePROTECT Global Alliance, London.
- 14** Parkinson P., & Cashmore J., (2017) Assessing the different dimensions and degrees of risk of child sexual abuse, Royal Commission into Institutional Responses to Child Sexual Abuse, Sydney; Pereda, N.Guilera, G. Fornis, M. & Gómez-Benito, J. (2009) The Prevalence of Child Sexual Abuse in Community and Student Samples: A meta-analysis”, Clinical Psychology Review, 29: 4, 328–38; Priebe, G. Hansson, K. & Göran Svedin, C. (2010) Sexual abuse and associations with psychosocial aspects of health. A population-based study with Swedish adolescents, Nordic Journal of Psychiatry, 64:1, 40-48; Radford, L. Barter, C. Dodd, S. Stanley, N. & Ahkqaq, A. (2017) The abuse of children in care in Scotland: a research review for the Scottish Government Inquiry into Child Abuse Edinburgh : Scottish Government.
- 15** de Santisteban, P. & Gámez-Guadix, M. (2018) Prevalence and Risk Factors Among Minors for Online Sexual Solicitations and Interactions With Adults, The Journal of Sex Research, 55:7, 939-950; Finkelhor, D. Turner, H. Shuttock, A. & Hamby, S. (2015) Prevalence of Childhood Exposure to Violence, Crime, and Abuse: Results From the National Survey of Children's Exposure to Violence, JAMA Pediatrics, August, 169:8, 746-754; Fisher, H. Caspi, A. Moffitt, T. Wertz, J. et al (2015) Measuring adolescents' exposure to victimization: The Environmental Risk (E-Risk) Longitudinal Twin Study, Development and Psychopathology 27, 1399–1416; ONS (2016) Abuse during childhood: Findings from the Crime Survey for England and Wales, year ending March 2016, Office for National Statistics, London <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/crimeandjustice/articles/abuseduringchildhood/findingsfromtheyearendingmarch2016crimesurveyforenglandandwales>
- 16** Ji, K. Finkelhor, D. & Dunne, M. (2013) Child Sexual Abuse in China: A meta-analysis of 27 studies, Child Abuse and Neglect, 37: 9, 613–22; Ministry of Women's Affairs (2014), Findings from Cambodia's Violence Against Children Survey 2 UNICEF Cambodia, US Centers for Disease Control and Prevention, Ministry of Women's Affairs, Phnom Penh, Cambodia; Nikolaidis, G. Petroulaki, K. Zarokosta, P. Tsigoti, A. et

al (2018) Lifetime and past-year prevalence of children's exposure to violence in 9 Balkan countries: the BECAN study, *Child & Adolescent Psychiatry & Mental Health*, 12:1; Ward, C. Artz, L. Leoschut, L. Kassanjee, R & Burton, P. (2018) Sexual violence against children in South Africa: a nationally representative cross-sectional study of prevalence and correlates, *Lancet Global Health*, 6:e460-68

17 Parkinson P., & Cashmore J., (2017) Assessing the different dimensions and degrees of risk of child sexual abuse, Royal Commission into Institutional Responses to Child Sexual Abuse, Sydney; Ward, M. & Rodger, H. (2018) Child sexual abuse in residential schools: A literature review, IICSA, London

18 ECPAT International (2018) Trends in online child sexual abuse material, April, ECPAT International: Bangkok.

19 Finkelhor, D. (2008) *Childhood Victimization: Violence, crime, and abuse in the lives of young people*, Oxford University Press, Oxford; Know Violence in Childhood (2017) *Ending Violence in Childhood Global Report*, Know Violence in Childhood, New Delhi India; Maternowska, M. C., A. Potts and D. Fry. (2016) *The Multi-Country Study on the Drivers of Violence Affecting Children: A Cross-Country Snapshot of Findings*, UNICEF Office of Research, Florence, Italy.

20 Finkelhor, D. Shattuck, A. Turner, H. & Hamby, S. (2014a) The Lifetime Prevalence of Child Sexual Abuse and Sexual Assault Assessed in Late Adolescence, *Journal of adolescent Health*, 14: 1-5; Radford, L. Corral, S. Bradley, C. Fisher, H. et al., (2011) *Child Abuse and Neglect in the UK Today*, NSPCC, London.

21 Know Violence in Childhood (2017) *Ending Violence in Childhood Global Report*, Know Violence in Childhood, New Delhi India; Pinheiro, P. (2006) *World Report on Violence Against Children*, United Nations, Geneva.

22 Averdijk, M. Mueller-Johnson, K. & Eisner, M. (2011) *Sexual Victimization among Adolescents in Switzerland*, UBS Optimus Foundation, Geneva; Ligiero, D., Hart, C., Fulu, E., Thomas, A., & Radford, L. (2019) What works to prevent sexual violence against children: Executive Summary. Together for Girls. www.togetherforgirls.org/svsolutions UNICEF Tanzania (2011) *Violence Against Children in Tanzania: Findings from a national survey 2009*, US Centers for Disease Control, Muhimbili University of Health and Allied Sciences, UNICEF Tanzania, Dar es Salaam.

23 Radford, L. Corral, S. Bradley, C. Fisher, H. et al., (2011) *Child Abuse and Neglect in the UK Today*, NSPCC, London; Gekoski, A. Davidson, J. & Horvath, M. (2016) The prevalence, nature, and impact of intrafamilial child sexual abuse: findings from a rapid evidence assessment, *Journal of Criminological Research, Policy and Practice*, 2:4, 231-243.

24 Finkelhor, D. Shattuck, A. Turner, H. & Hamby, S. (2014a) The Lifetime

Prevalence of Child Sexual Abuse and Sexual Assault Assessed in Late Adolescence, *Journal of adolescent Health*, 14: 1-5;

25 CDC (2014) *Violence Against Children in Haiti : Findings from a National Survey 2012* US Centers for Disease Control and Prevention, Interuniversity Institute for Research and Development, Comite de Coordination, Centers for Disease Control and Prevention, Port au Prince, Haiti; Ligiero, D., Hart, C., Fulu, E., Thomas, A., & Radford, L. (2019) What works to prevent sexual violence against children: Executive Summary. Together for Girls. www.togetherforgirls.org/svsolutions.

26 Know Violence in Childhood (2017) *Ending Violence in Childhood Global Report*, Know Violence in Childhood, New Delhi India.

27 Devries, K. Knight, L. Allen, E. Parkes, J. Kyegombe, N. & Naker, D. (2017) Does the Good Schools Toolkit Reduce Physical, Sexual and Emotional Violence, and Injuries, in Girls and Boys equally? A Cluster-Randomised Controlled Trial, *Prevention Science*, 838-853; Jewkes, R. Levin, J. Mbananga, N. & Bradshaw, D. (2002) Rape of Girls in South Africa, *Lancet*, 359: 9303, 319-20; Taylor, B. G., Stein, N. D., Mumford, E. A., & Woods, D. (2013) Shifting boundaries: An experimental evaluation of a dating violence prevention program in middle schools. *Prevention Science*, 14, 64-76

28 Audu, B. Geidam, A. & Jarma, H. (2009) Child Labor and Sexual Assault among Girls in Maidaguri, Nigeria, *International Journal of Gynecology & Obstetrics*, 104:4, 64-67; Choudhry V, Dayal R, Pillai D, Kalokhe AS, Beier K, Patel V (2018) Child sexual abuse in India: A systematic review. *PLoS ONE* 13:10, e0205086.

29 Alexander, K. Stafford, A. & Lewis, R. (2011) *The Experiences of Children Participating in Organised Sport*, University of Edinburgh/ NSPCC Child Protection Research Centre, Edinburgh; Bjørnseth, I. & Szabo, A. (2018) *Sexual Violence Against Children in Sports and Exercise: A Systematic Literature Review*, *Journal of Child Sexual Abuse*, 27:4, 365-385; Brackenridge, C. Fasting, K. Kirby, S. & Leahy, T. (2010) *Protecting Children from Violence in Sport: A review with a focus on industrialized countries*, UNICEF Innocenti Research Centre, Florence.

30 Blakemore, T. Herbert, J. Arney, F. & Parkinson, F. (2017) The impacts of institutional child sexual abuse: A rapid review of the evidence, *Child Abuse & Neglect*, 74, 35-48; Sherr, L. Roberts, K. & Gandhi, N. (2016) Child violence experiences in institutionalised/orphanage care, *Psychology, Health & Medicine*, 22:S1, 31-57; Skold, J. & Swain, J. (2015) *Apologies and the legacy of abuse of children in 'care'* Palgrave, London

31 Lyneham, D. & Facchini, L (2019) Benevolent harm: Orphanages, voluntourism and child sexual exploitation in South-East Asia, *Trends & Issues in Crime & Criminal Justice*, Australian Institute of Criminology, 574, March, Canberra www.aic.gov.au

- 32** CDC (2014) Violence Against Children in Haiti : Findings from a National Survey 2012 US Centers for Disease Control and Prevention, Interuniversity Institute for Research and Development, Comite de Coordination, Centers for Disease Control and Prevention, Port au Prince, Haiti; Ferris, E. (2007) Abuse of Power: Sexual exploitation of refugee women and girls, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 32:3, 584–91; Stark ,L. Asghar, K. Yu, G. Bora,C. et al (2017) Prevalence and associated risk factors of violence against conflict-affected female adolescents: a multi-country, cross-sectional study, *Journal of Global Health*, 7: 1.
- 33** Cordisco, T. Tsai, L. Varntheary, L. & Channtha, N. (2018) Experiences in shelter care : perspectives from participants in the Butterfly Longitudinal Study, Chab Dai/Sioban Miles Memorial Library and Resource Center; Marriott, C. Hamilton-Giachritsis, C. & Harrop, C. (2013) Factors Promoting Resilience Following Childhood Sexual Abuse: A structured, narrative review of the literature, *Child Abuse Review*, Meinck, F. Cluver, L. Boyes, M. & Mhlongo, E. (2015) Risk and Protective Factors for Physical and Sexual Abuse of Children and Adolescents in Africa: A review and implications for practice, *Trauma, Violence & Abuse*, 16:1,81-107; Melville, J. Kellogg, N. Perezc, N. & Lukefahr, J. (2014) Assessment for Self-Blame and Trauma Symptoms during the Medical Evaluation of Suspected Sexual Abuse, *Child Abuse & Neglect*, 38 :5, May, 851–57.
- 34** Sawikar, P. & Katz. I. (2018) Preventing child sexual abuse (CSA) in ethnic minority communities: A literature review and suggestions for practice in Australia, *Children & Youth Services Review*, 85, 174-186.
- 35** Mason-Jones, A. & Loggie, J. (2019) Child Sexual Exploitation. : An analysis of Serious Case Reviews in England: Poor communication, incorrect assumptions and adolescent neglect. *Journal of public health*. ISSN 1741-3842
- 36** Wismyanti, Y. O'Leary, P. Tilbury, C. & Tjoe, Y. (2019) Child sexual abuse in Indonesia : A systematic review of literature, law and policy, *Child Abuse & Neglect* 95:104034
- 37** Lahtinen, H. Laitila , A. Korkman, J. & Ellonen, N. (2018) Children's disclosures of sexual abuse in a population-based sample, *Child Abuse & Neglect*, 76, 84-94
- 38** Stiller, A. & Hellmann, D. (2017) In the aftermath of disclosing child sexual abuse: consequences, needs, and wishes, *Journal of Sexual Aggression*, 23:3, 251-265
- 39** 76% in Germany; 80% in Finland
- 40** Sumner, S. Mercy, J. Saul, J. et al (2015) Prevalence of Sexual Violence Against Children and Use of Social Services — Seven Countries, 2007–2013, *Morbidity & Mortality Weekly Report*, Centers for Disease Control and Prevention, 64:21.
- 41** UNICEF (2017a) A Familiar Face: Violence in the lives of children and adolescents, United Nations Children's Fund, New York. https://www.unicef.org/publications/files/Violence_in_the_lives_of_children_and_adolescents.pdf
- 42** Kendall-Tackett, K. (2008) Developmental Impact, in D. Finkelhor *Childhood Victimization*, Oxford University Press, Oxford, pp. 65–101.
- 43** Fisher, C. Goldsmith, A. Hurcombe, R. & Soares, C. IICSA Research Team (2017) The impacts of child sexual abuse : A rapid evidence assessment, Independent Inquiry into Child Sexual Abuse, London.
- 44** Sommarin, C. Kilbane, T. Mercy, J. Moloney-Kitts, M. & Ligiero, D. (2014) Preventing sexual violence and HIV in children, *Journal of Acquired Immune Deficiency Syndrome*, 66: Supplement 2, July 1, S217-223.
- 45** Fisher, C. Goldsmith, A. Hurcombe, R. & Soares, C. IICSA Research Team (2017) The impacts of child sexual abuse : A rapid evidence assessment, Independent Inquiry into Child Sexual Abuse, London; Longman-Mills, S. González, W. Meléndez, M. García, M. et al. (2013) Exploring Child Maltreatment and its Relationship to Alcohol and Cannabis Use in Selected Latin American and Caribbean Countries, *Child Abuse and Neglect*, 37:1,77–85.
- 46** Chen, L., H. Murad, M. Paras, K. Colbensa, et al. (2010) Sexual Abuse and Lifetime Diagnosis of Psychiatric Disorders: Systematic review and meta-analysis, *Mayo Clinic Proceedings*, 85:7, 618–29; Haileye, A. (2013) Psychopathological Correlates of Child Sexual Abuse: The case of female students in Jimma Zone, South West Ethiopia, *Ethiopian Journal of Health Sciences*, 23:1, 32–38; Maniglio, R. (2013) Child Sexual Abuse in the Etiology of Anxiety Disorders: A systematic review of reviews, *Trauma, Violence & Abuse*, 14:2, 96–112.
- 47** Elloneni, N. & Salmi, V. (2011) Polyvictimization as a Life Condition: Correlates of polyvictimization among Finnish children, *Journal of Scandinavian Studies in Criminology and Crime Prevention*, 12: 1, 20–44; Finkelhor, D. Ormrod, R. & Turner, H. (2007) Polyvictimization and Trauma in a National Longitudinal Cohort, *Development and Psychopathology*, 19:1, 149–66; Fisher, H. Caspi, A. Moffitt, T. Wertz, J. et al (2015) Measuring adolescents' exposure to victimization: The Environmental Risk (E-Risk) Longitudinal Twin Study, *Development and Psychopathology* 27, 1399–1416.
- 48** Radford, L. Corral, S. Bradley, C. & Fisher, H. (2013) The prevalence and impact of child maltreatment and other types of victimization in the UK: Findings from a population survey of caregivers, children and young people and young adults *Child Abuse and Neglect* 37:10, 801-813.

49 Belsky, J. (1993) Etiology of Child Maltreatment: A developmental-ecological analysis, *Psychological Bulletin*, 114:3, 413–34; Bronfenbrenner, U. (1977) Toward an Experimental Ecology of Human Development, *American Psychologist*, 32 :7, July, 513–51; Bronfenbrenner, U. (1986) Ecology of the Family as a Context for Human Development: Research perspectives, *Developmental Psychology*, 22:6, 723–42.

50 Maternowska, M. & Fry, D. (2015) The multi-country study on the drivers of violence affecting children : a child centred and integrated framework for violence prevention, UNICEF Office of Research, Florence; Maternowska, C. & Fry, D. (2018) The Multi-Country Study on the Drivers of Violence Affecting Children: An overview, *Vulnerable Children and Youth Studies*,13:sup1, 12-2.

51 UNICEF (2017) Preventing and Responding to Violence Against Children and Adolescents : Theory of Change, New York : UNICEF. [https://www.unicef.org/protection/files/UNICEF_VAC_ToC_WEB_271117\(2\).pdf](https://www.unicef.org/protection/files/UNICEF_VAC_ToC_WEB_271117(2).pdf) ; WHO (2016) INSPIRE : Seven strategies for ending violence against children, World Health Organisation : Geneva.

52 Barker, G., Contreras, J. Hellman, B. et al.,(2011) Evolving Men: Initial results from the International Men and Gender Equality Survey (IMAGES), International Center for Research on Women (ICRW), Washington, DC and Instituto Promundo, Rio de Janeiro; Buller, A. Pichon, M. McAlpine, A. Cislacchi, B. Heise, L. & Meiksin, R. (2020) Systematic review of social norms, attitudes, and factual beliefs linked to the sexual exploitation of children and adolescents, *Child Abuse & Neglect*; CDC (2014) Violence Against Children in Haiti : Findings from a National Survey 2012 US Centers for Disease Control and Prevention, Interuniversity Institute for Research and Development, Comite de Coordination, Centers for Disease Control and Prevention, Port au Prince, Haiti; Choudhry V, Dayal R, Pillai D, Kalokhe AS, Beier K, Patel V (2018) Child sexual abuse in India: A systematic review. *PLoS ONE* 13:10, e0205086; Fulu, E. Warner, X. Miedema, S. Jewkes, R. et al. (2013) Why Do Some Men Use Violence against Women and How Can We Prevent It? Findings from the United Nations multi-country study on men and violence in Asia and the Pacific, United Nations Development Programme, United Nations Population Fund, UN Women and United Nations Volunteers, Bangkok; Heise, L. & Kotsadam, A. (2015) Crossnational and multilevel correlates of partner violence: an analysis of data from population-based surveys, *Lancet Global Health*, 3:e, 332-340; Know Violence in Childhood (2017) Ending Violence in Childhood Global Report, Know Violence in Childhood, New Delhi India; Lilleston, P. Goldmann, L. Verma, R. & McCleary-Sills, J. (2017) Understanding social norms and violence in childhood: theoretical underpinnings and strategies for intervention, *Psychology, Health & Medicine*, 22:S1, Willman, A. & Magisaka, M. (2011) Interpersonal Violence Prevention: A review of the evidence and emerging lessons, World Development Report Background Paper, World Bank, Washington, DC.

53 Blakemore, T. Herbert, J. Arney, F. & Parkinson, F. (2017) The impacts of institutional child sexual abuse: A rapid review of the evidence, *Child Abuse & Neglect*,74, 35-48; Bohm, B., Zollner, H., Fegert, J. M., and Liebhardt, H. (2014) Child sexual abuse in the context of the Roman Catholic Church: a review of literature from 1981-2013 *Journal of child sexual abuse*, 23(6), pp. 635-656; Euser, S., Alink, R., Tharner, A., IJzendoorn, M., Bakermans-Kranenburg, M. (2014) Out of home placement to promote safety? The prevalence of physical abuse in residential and foster care. *Children and Youth Services Review* 37, 64-70; John Jay College (2004) The Nature and Scope of Sexual Abuse of Minors by Catholic Priests and Deacons in the United States 1950-2002, New York: City University; Know Violence in Childhood (2017) Ending Violence in Childhood Global Report, Know Violence in Childhood, New Delhi India; Skold, J. & Swain, J. (2015) Apologies and the legacy of abuse of children in 'care' Palgrave , London; Lyneham, D. & Facchini, L (2019) Benevolent harm: Orphanages, voluntourism and child sexual exploitation in South-East Asia, *Trends & Issues in Crime & Criminal Justice*, Australian Institute of Criminology, 574, March, Canberra www.aic.gov.au ; Sherr , L. Roberts, K. & Gandhi, N. (2016) Child violence experiences in institutionalised/orphanage Care, *Psychology, Health & Medicine*, 22:S1, 31-57.

54 Cluver, L. Orkin, M. Boyes, M. Sherr, L. et al., (2013) Pathways from Parental AIDS to Child Psychological, Educational and Sexual Risk: Developing an empirically-based interactive theoretical model, *Social Science and Medicine*, 87, 183–93; Know Violence in Childhood (2017) Ending Violence in Childhood Global Report, Know Violence in Childhood, New Delhi India; Meinck, F. Cluver, L. Boyes, M. & Mhlongo, E. (2015) Risk and Protective Factors for Physical and Sexual Abuse of Children and Adolescents in Africa: A review and implications for practice, *Trauma, Violence & Abuse*, 16:1,81-107; Mootz, J . Stark, L. Meyer,E. Asghar, K. et al (2019) Examining intersections between violence against women and violence against children: perspectives of adolescents and adults in displaced Colombian communities, *Conflict & Health*, 13:25

55 The seven strategies are Implementation and enforcement of laws; Norms and values; Safe environments; Parent and caregiver support; Income and economic strengthening; Response and support services; Education and life skills

56 Medline, Public Health, PsychInfo, Social Work Abstracts, CINAHL, Criminal Justice Abstracts, ERIC, Education Abstracts, Campbell Collaboration, Cochrane Library of Systematic Reviews

57 A full account of the methodology can be found in the Evidence Review at <https://www.unicef.org/documents/action-end-child-sexualabuse-and-exploitation-review-evidence-2020>

58 UNICEF (2017) Preventing and Responding to Violence Against Children and Adolescents : Theory of Change, New York : UNICEF; UNICEF (2018) UNICEF Strategic Plan 2018-21, New York : UNICEF; UNICEF (2018) INSPIRE Indicator Guidance and Results Framework: Ending Violence Against Children – How to Define and Measure Change, New York : UNICEF; UNICEF (2017) Gender based violence in emergencies : operational guide, UNICEF, New York; WePROTECT (2016) Model National Response, WePROTECT Global Alliance, Open Government London.

59 United Nations (2019) Keeping the promise: Ending violence against children by 2030, United Nations : New York; Wessells, M. (2015) Bottomup approaches to strengthening child protection systems: Placing children, families, and communities at the center, *Child Abuse & Neglect*, 43: 8-21.

60 Chae, S. & Ngo, T. (2017) The Global State of Evidence on Interventions to Prevent Child Marriage, GIRL Center Research Brief, No. 1. Population Council: New York; SRHR SAT (2017) Age of consent: global legal review, SRHR South Africa Trust; UNFPA (2017) Harmonising the legal environment for addressing sexual and reproductive health and rights : a review of 23 countries in East and Southern Africa, UNFPA, South Africa; Wodon, Q. Tavares, R. Fiala, O. Le Nestour, A. et al (2017) Ending child marriage: child marriage laws and their limitations, October, World Bank.

61 International Centre for Missing & Exploited Children (ICMEC) (2018) Child Sexual Abuse Material: Model Legislation & Global Review, 9th edn, ICMEC, <https://www.icmec.org/wp-content/uploads/2018/12/CSAM-Model-Law-9th-Ed-FINAL-12-3-18.pdf>

62 COE (2009) Recommendation of the Committee of Ministers to Member States on Integrated National Strategies for the Protection of Children from Violence, Council of Europe; International Centre for Missing & Exploited Children (ICMEC) (2018) Child Sexual Abuse Material: Model Legislation & Global Review, 9th edn, ICMEC; Jeney, P. (2015) Combating Child Abuse Online: Study for the LIBE Committee, European Parliament, [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/536481/IPOL_STU\(2015\)536481_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/536481/IPOL_STU(2015)536481_EN.pdf) UNODC /UNICEF (2009) Justice in Matters involving Child Victims and Witnesses of Crime Model Law and Related Commentary, UNICEF, New York; United Nations General Assembly (2014) Model Strategies and Practical Measures on the Elimination of Violence Against Children in the Field of Crime Detection and Criminal Justice, A/C/3/69/L.5, 25 September, United Nations, New York; WHO (2016) INSPIRE : Seven strategies for ending violence against children, World Health Organisation : Geneva; WHO (2018) INSPIRE Handbook action for implementing the seven strategies for ending violence against children, Geneva, World Health Organisation; WePROTECT (2016) Model National Response, WePROTECT Global Alliance, Open Government London.

63 Kavidri Johnson, A. (2017) Ending violence against children in ASEAN member states, ASEAN, Jakarta, Indonesia.

64 Cambodia (2017) Action Plan on Violence Against Children, Phnom Penn, Cambodia;

65 Larkins, C. & Crowley, A. (2018) Children's participation in public decision making - a review of practice in Europe, Background Paper Euro Child Conference, Opatija, Croatia

66 Ritchie, D. (2016) Does imprisonment deter? A review of the evidence, Sentencing Council, Victoria.

67 Burton, D. Duty, K. & Leibowitz, G. (2011) Differences between Sexually Victimized and Nonsexually Victimized Male Adolescent Sexual Abusers: Developmental antecedents and behavioral comparisons, *Journal of Child Sexual Abuse*, 20: 1, 77–93; Moffitt, T. (1993) Adolescent Limited and Life Course Persistent Antisocial Behaviour: A developmental taxonomy, *Psychological Review*, 100:4, 674–701; Moffitt, T. Caspi, A., Harrington, H. & Milne, B. (2002) Males on the life-course-persistent and adolescence-limited antisocial pathways: Follow-up at age 26 years, *Development and Psychopathology*. 14:1, 179-207.

68 Hackett, S. (2014) Children and young people with harmful sexual behaviours Research Review, Research in Practice, Totnes, Devon <http://www.ncsby.org/sites/default/files/UK%20Report%20on%20Children%20and%20Young%20People%20with%20Harmful%20Sexual%20Behavior.pdf>

69 Sources: Evaluation Fund (nd) An innovative approach to reducing recidivism among child sexual abusers, Evidence Brief, South Africa, Evaluation Fund, theevaluationfund.org; Gauteng Planning Commission (2014) Evaluation synthesis violence: Final report March 2014, Gauteng Planning Commission, Office of the Premier, Gauteng Provincial Government, lisavetten@gmail.com

70 For example findings from the Independent Inquiry into Child Sexual Abuse England investigations reports <https://www.iicsa.org.uk/publications/investigation> ; from the Australian Royal Commission on Inquiry into Institutional Responses to Child Abuse reports <https://www.iicsa.org.uk/publications/investigation>

71 *Taylor, B. G., Stein, N. D., Mumford, E. A., & Woods, D. (2013) Shifting boundaries: An experimental evaluation of a dating violence prevention program in middle schools. *Prevention Science*, 14, 64–76; *Taylor, B. Mumford, E & Stein, N. (2015) Effectiveness of Shifting Boundaries Teen Dating Violence Prevention Program for Subgroups of Middle School Students, *Journal of Adolescent Health* 56, S20eS26; *Taylor, B. Mumford, E Liu, W. & Stein, N. (2017) The effects of different saturation levels of the Shifting Boundaries intervention on preventing adolescent relationship abuse and sexual harassment, *Journal of Experimental Criminology*, 13: 79-100

72 Chae, S. & Ngo, T. (2017) The Global State of Evidence on Interventions to Prevent Child Marriage, GIRL Center Research Brief, No. 1. Population Council: New York; Wodon, Q. Tavares, R. Fiala, O. Le Nestour, A. et al (2017) Ending child marriage: child marriage laws and their limitations, October, World Bank.

73 Jeney, P. (2015) Combatting Child Abuse Online: Study for the LIBE Committee, European Parliament, [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/536481/IPOL_STU\(2015\)536481_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/536481/IPOL_STU(2015)536481_EN.pdf)

74 Ali Mussa, M. & Mohamed, F. (2019) Challenges Facing Police Gender and Children's Desks in Reduction of Gender-Based Violence and Violence against Children: A Case of Kinondoni District, Dar Es Salaam Region, Tanzania, *The International Journal of Humanities & Social Studies*, 7:8, August, 1-11; Children's Commissioner (2015) Barnahus: Improving the response to child sexual abuse in England, Children's Commissioner : London; *Cross, T. P., Jones, L. M., Walsh, W. A., Simone, M., Kolk, D., Sczepanski, J., Lippert, T., Davison, K., Crynes, A., and Sosnowski, P. (2008), Evaluating children's advocacy centers' response to child sexual abuse, *Juvenile Justice Bulletin*, <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/ojjdp/218530.pdf> ; *Herbert, J. & Bromfield, L. (2016) Evidence for the Efficacy of the Child Advocacy Center Model: A Systematic Review, *Trauma, Violence & Abuse*, 17:3, 341-357; Johansson, S. & Stefansen, K. (2019) Policy-making for the diffusion of social innovations: the case of the Barnahus model in the Nordic region and the broader European context, *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, DOI:10.1080/13511610.2019.1598255; Johansson, S. Stefansen, K. Bakketeig, E. & Kaldal, A. (2017) Implementing the Nordic Barnahus Model : Characteristics and local adaptations, in Johansson, S. Stefansen, K. Bakketeig, E. & Kaldal, A (eds) *Collaborating Against Child Abuse : Exploring the Nordic Barnahus Model*, Palgrave Macmillan, London 1-29; *Miller, A., and Rubin, D. (2009), The contribution of children's advocacy centers to felony prosecutions of child sexual abuse, *Child Abuse & Neglect*, 33(1), pp. 12-18.; *Nwogu, N. Agrawal, L. Chambers, S. Buagas, A. Daniele, R. & Singleton, J. (2016) Effectiveness of Child Advocacy Centers and the multidisciplinary team approach on prosecution rates of alleged sex offenders and satisfaction of non-offending caregivers with allegations of child sexual abuse: a systematic review, *JBI Database Of Systematic Reviews & Implementation Reports* 13:12, 93-129; United Nations Tanzania/UNICEF (2013) *Strengthening the Police Response to Gender-Based Violence and Child Abuse: Action plan for the police, gender and children's desks 2013–2016*, United Nations/UNICEF Tanzania, Dar es Salaam.

75 HM Govt (2018) *Working together to safeguard children*, Her Majesty's Government, London, UK; Judicial Service Commission (2012) *Protocol on the multi-sectoral management of sexual abuse & violence in Zimbabwe*, 3rd edn, Judicial Service Commission, Zimbabwe, protocol revised 2019 to incorporate online abuse.

76 Gilbert, R., Kemp, A., Thoburn, J., Sidebotham, P., Radford, L., Glaser, D. and Macmillan, H. (2009b) Recognising and responding to child maltreatment, *Lancet*, 373:9658, 167-180; Her Majesty's Government (2016) ANNEX D: Summary of the evidence on the effectiveness of mandatory reporting in addressing child abuse and neglect, *Reporting and Acting on Child Abuse and Neglect: Government consultation: Supporting annexes July*, London: Home Office, Available at: https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/539615/Reporting_and_acting_on_child_abuse_and_neglect_-_annexes_web_.pdf *McTavish JR, Kimber M, Devries K, et al. (2017) Mandated reporters' experiences with reporting child maltreatment: a metasynthesis of qualitative studies. *BMJ Open*, 7: e013942; *McTavish JR, Kimber M, Devries K, et al. (2019) Children's and Caregivers' Perspectives about mandatory reporting of child maltreatment: a meta-synthesis of qualitative studies. *BMJ Open*, 9:e025741; *Mathews, B. Ju Lee, X. & Norman, R. (2016) Impact of a new mandatory reporting law on reporting and identification of child sexual abuse: A seven year time trend analysis, *Child Abuse & Neglect* 56, 62-79; Wirtz, A. Alvarez, C. Guedes, C. Brumana, L. et al (2016) Violence against children in Latin America and Caribbean countries: a comprehensive review of national health sector efforts in prevention and response, *BMC Public Health*, 16:1006

77 Mantula, F. & Saloojee, H. (2016) Child Sexual Abuse in Zimbabwe, *Journal of Child Sexual Abuse*, 25:8, 866-880; Shuko Musiwa, A. (2018) How Has the Presence of Zimbabwe's Victim-Friendly Court and Relevant Child Protection Policy and Legal Frameworks Affected the Management of Intrafamilial Child Sexual Abuse in Zimbabwe? The Case of Marondera District *Journal of Interpersonal Violence* 33:11, 1748–1777

78 *Borduin, C. M., Schaeffer, C. M., & Heiblum, N. (2009) A randomized clinical trial of multisystemic therapy with juvenile sexual offenders: Effects on youth social ecology and criminal activity, *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 77, 26–37; *Carpentier, M. Y., Silovsky, J. F., and Chaffin, M. (2006). Randomized trial of treatment for children with sexual behavior problems: Ten-year follow-up, *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 74(3), 482-488; *Dopp, A. Borduin, C. & Brown, C (2015) Evidence based treatments for juvenile sex offenders: review and recommendations, *Journal of Aggression, Conflict and Peace Research* 7 (4) 223-236; Henggeler, S & Schaeffer, C (2016) Multisystemic therapy: Clinical overview, outcomes, and implementation research. *Family Process* 55: 514–528.

79 *Taylor, B. G., Stein, N. D., Mumford, E. A., & Woods, D. (2013) Shifting boundaries: An experimental evaluation of a dating violence prevention program in middle schools. *Prevention Science*, 14, 64–76.

- 80** *IRC (2017) A safe place to shine, International Rescue Committee, Geneva.
- 81** *Stanley, N, Ellis J, Farrelly N, Hollinghurst S, and Downe S. (2015) Preventing domestic abuse for children and young people: A review of school-based interventions, *Children and Youth Services Review*, 59, pp. 120-131; *Taylor, B. G., Stein, N. D., Mumford, E. A., & Woods, D. (2013) Shifting boundaries: An experimental evaluation of a dating violence prevention program in middle schools. *Prevention Science*, 14, 64–76.
- 82** *Devries, K. Knight, L. Allen, E. Parkes, J. Kyegombe, N. & Naker, D. (2017) Does the Good Schools Toolkit Reduce Physical, Sexual and Emotional Violence, and Injuries, in Girls and Boys equally? A Cluster Randomised Controlled Trial, *Prevention Science*, 838-853; *Devries, K. Knight, L. Child, J. Mirembe, A et al, (2015) The Good Schools Toolkit for Reducing Physical Violence from School Staff to Primary School Students : A Cluster Randomised Control Trial in Uganda, *The Lancet Global Health* , 385e, 378-86.
- 83** Cybertip.ca (2018) Mandatory reporting of child pornography in Manitoba : Cybertip.ca's 2017/8 annual review, Canadian Centre for Child Protection, Manitoba, https://www.cybertip.ca/pdfs/CTIP_MB_MandatoryReporting_AnnualReview_2017-2018_en.pdf ; International Centre for Missing & Exploited Children (ICMEC) (2018) Child Sexual Abuse Material: Model Legislation & Global Review, 9th edn, ICMEC, <https://www.icmec.org/wp-content/uploads/2018/12/CSAM-Model-Law9th-Ed-FINAL-12-3-18.pdf> ; IWF (2019) Once upon a year: The Internet Watch Foundation annual report 2018, IWF : Cambridge, <https://www.iwf.org.uk/report/2018-annual-report> Public Safety Canada (2015). 2013-2014 Evaluation of the National Strategy for the Protection of Children from Sexual Exploitation on the Internet. Public Safety Canada: Montreal.
- 84** Australian Royal Commission into Institutional Abuse (2017) Volume 6, 7 & 8 available at <https://www.childabuseroyalcommission.gov.au/childsafes-institutions> ; Mountjoy, M., Rhind, D. J. A., Tiivas, A., and Leglise, M. (2015) Safeguarding the child athlete in sport: a review, a framework and recommendations for the IOC youth athlete development model, *British Journal of Sports Medicine*, 49:13, 883-886
- 85** Hawke, A. & Rapheal, A. (2016) Offenders on the Move : Global study of child sexual exploitation of children in travel & tourism, ECPAT International : Bangkok; Köpke, R. (2005) Code of Conduct for the Protection of Children from Sexual Exploitation in Travel and Tourism within the Context of Sustainability and Corporate Social Responsibility (CSR), Federal Ministry for Economic Cooperation and Development, Eschborn, Germany; UNICEF (2012) Assessing The Code of Conduct for the Protection of Children from Sexual Exploitation in Travel and Tourism, Discussion Paper, UNICEF Innocenti Research Centre: Florence; UNICEF (2016) Government, civil society and private sector responses to the prevention of sexual exploitation

of children in travel and tourism, UNICEF, New York.

- 86** Alaggia, R. Collin-Vezina, D.& Lateef, R. (2019) Facilitators and Barriers to Child Sexual Abuse (CSA) Disclosures: A Research Update (2000–2016), *Trauma, Violence, & Abuse*, 20:2, 260-283; Collin-Vezina, D., Sablonni, D. Palmer, A. & Milne, L. (2015) A preliminary mapping of individual, relational, and social factors that impede disclosure of childhood sexual abuse, *Child Abuse & Neglect*, 43, 123–134; Lahtinen, H. Laitila, A. Korkman, J. & Ellonen, N. (2018) Children's disclosures of sexual abuse in a population-based sample, *Child Abuse & Neglect*, 76, 84-94; Stiller, A.& Hellmann, D. (2017) In the aftermath of disclosing child sexual abuse: consequences, needs, and wishes, *Journal of Sexual Aggression*, 23:3, 251-265.
- 87** Kafuko A., Tusasiirwe S., Opobo, T (2015) A Study of Community Based Child Protection Mechanisms in a Fishing Community in Central Uganda, *AfriChild*; Stark , L. Bancroft , S. Cholid , S. Sustikarini, A. & Meliala, A. (2012) A qualitative study of community-based child protection mechanisms in Aceh, Indonesia, *Vulnerable Children and Youth Studies*, 7:3, 228-236; Wessells, M., Kostelny, K., & Ondoro, K. (2014) A grounded view of community-based child protection mechanisms and their linkages with the wider child protection system in three rural and urban areas in Kenya, London: Interagency Learning Initiative on Community-Based Child Protection Mechanisms and Child Protection Systems.
- 88** Benelli, P. Fikiri, A. & Oumarai, Z. (2019) Voicing the needs and priorities of children living in conflict in the Democratic Republic of Congo, Save the children, DRC; Save the Children (2015) Mapping and analysis of children's participation : global report 2015, Save the Children : Stockholm, Sweden; *Scott, S. McNeish, D. Bovarnick, S. & Pearce, J. (2019) What works in responding to child sexual exploitation, Barnardos/University of Bedfordshire/DSMS; Wessells, M. (2015) Bottom-up approaches to strengthening child protection systems: Placing children, families, and communities at the center, *Child Abuse & Neglect*, 43: 8-21.
- 89** Cody, C. (2017) Connecting the dots : Supporting the recovery and reintegration of children affected by sexual exploitation : thematic report, ECPAT International : Bangkok, Thailand; Pratt, R. (2013) A community treatment model for adolescents who sexually harm: Diverting youth from criminal justice to therapeutic responses, *International Journal of Behavioural Consultation and Therapy* 8:3-4: 37–42; Quadara, A. and Hunter, C. (2016) Principles of Trauma-informed approaches to child sexual abuse: A discussion paper, Royal Commission into Institutional Responses to Child Sexual Abuse, Sydney; *Scott, S. McNeish, D. Bovarnick, S. & Pearce, J. (2019) What works in responding to child sexual exploitation, Barnardos/University of Bedfordshire/DSMS

90 United Nations (2019) Keeping the promise: Ending violence against children by 2030, United Nations : New York

91 Benelli, P. Fikiri, A. & Oumarai, Z. (2019) Voicing the needs and priorities of children living in conflict in the Democratic Republic of Congo, Save the children, DRC; Lansdown, G. & O’Kane, C. (2014) A Toolkit for Monitoring and Evaluating Children’s Participation, Save the Children, London.

92 Haldorsson, O. (2018) Barnahus Quality Standards Guidance for Multidisciplinary and Interagency Response to Child Victims and Witnesses of Violence, The PROMISE Project series <http://www.childrenatrisk.eu/promise/wp-content/uploads/sites/4/2018/04/PROMISE-Barnahus-Quality-Standards.pdf>

93 CISP - Comitato Internazionale per lo Sviluppo dei Popoli (2019) CISP approach to child protection : Models, promising practices and success stories from Kenya, CISP - International Committee for the Development of People, Kenya; UNICEF (2014) Case studies in UNICEF child protection programming, UNICEF: New York.

94 UNICEF (2019) Guidelines to strengthen the social services workforce for child protection, UNICEF, New York.

95 *Bailey, C., Mace, G., Powell, M., and Benson, M. (2015). Evaluation of a Collaborative Operation to Improve Child Sexual Abuse Reporting in Western Australian Indigenous Communities, *Criminal Justice & Behavior*, 42(12), 1303-1315; *Mace, G., Powell, M. B., and Benson, M. (2015), Evaluation of Operation RESET: an initiative for addressing child sexual abuse in Aboriginal communities, *Australian & New Zealand Journal of Criminology* 48:1, 82-103; Pearce, J. (2014) ‘What’s Going on’ to safeguard children and young people from sexual exploitation: a review of local safeguarding boards’ work to protect children from sexual exploitation’. *Child Abuse Review*, 23, 159-170

96 Cordisco, T. Tsai, L. Varntheory, L. & Channtha, N. (2018) Experiences in shelter care : perspectives from participants in the Butterfly Longitudinal Study, Chab Dai/Sioban Miles Memorial Library and Resource Center; *Scott, S. McNeish, D. Bovarnick, S. & Pearce, J. (2019) What works in responding to child sexual exploitation, Barnardos/University of Bedfordshire/DSMS; Shephard W & Lewis B. (2017) Working with children who are victims or at risk of sexual exploitation: Barnardo’s model of practice. Barnardo’s, Barking http://www.barnardos.org.uk/cse_barnardo_s_model_of_practice.pdf

97 Shlonsky, A. Albers, B. Paterson, N. (2017) Rapid evidence review on the availability, modality and effectiveness of psychosocial support services for child and adult victims and survivors of child sexual abuse. Royal Commission into Institutional Responses to Child Sexual Abuse, Sydney.

98 Collin-Vezina, D. Daigneault, I. & Herbert, M. (2013) Lessons learned from child sexual abuse research: prevalence, outcomes, and preventive strategies, *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, 7:22

99 Murray, L. Skavenski, S. Kane, J. Mayeya, J. et al (2015) Effectiveness of Trauma-Focused Cognitive Behavioral Therapy Among Trauma-Affected Children in Lusaka, Zambia A Randomized Clinical Trial, *JAMA Pediatr.* 169:8, 761-769.

100 *O’Callaghan, P. McMullen, J. Shannon, C. Rafferty, H. & Black, A. (2013) A randomised controlled trial of trauma-focused cognitive behavioral therapy for sexually exploited, war affected Congolese girls, *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 52:4, 359-369.

101 Child Helpline International provides resources for helpline development, capacity and governance <https://www.childhelplineinternational.org/child-helplines/tools/page/4/>

102 ACPf (2014) The African Report on Violence Against Children. Addis Ababa: The African Child Policy forum (ACPf); Childline India Foundation (2011) Annual Report CIF, Mumbai; Fukkink, R. Bruns, S. & Ligtvoert, R. (2016) Voices of Children from Around the Globe: An International Analysis of Children’s Issues at Child Helplines, *Children & Society*,

103 *McMahon-Howard, J., and Reimers, B. (2013), An evaluation of a child welfare training program on the commercial sexual exploitation of children (CSEC), *Evaluation & Program Planning*, 40, pp. 1-9; Parenting Research Centre, (2016) Implementation best practice: A rapid evidence assessment, Royal Commission into Institutional Responses to Child Sexual Abuse, Sydney; *Rheingold, A. A., Zajac, K., Chapman, J. E., Patton, M., de Arellano, M., Saunders, B., and Kilpatrick, D. (2015) Child sexual abuse prevention training for childcare professionals: an independent multi-site randomized controlled trial of Stewards of Children, *Prevention Science: The Official Journal of the Society for Prevention Research*, 16(3), 374-385.

104 Carlson, C. Namy, S. Norcini Pala, A et al (2020) Violence against children and intimate partner violence against women: overlap and common contributing factors among caregiver-adolescent dyads, *BMC Public Health*, 20:124; CISP - Comitato Internazionale per lo Sviluppo dei Popoli (2019) CISP approach to child protection : Models, promising practices and success stories from Kenya, CISP - International Committee for the Development of People, Kenya; Guedes, A. Bott, S. Garcia-Moreno, C. & Colombini, M. (2016) Bridging the gaps: a global review of intersections of violence against women and violence against children, *Global health action*, 9, 31516; Keesbury, J. OnyangoOuma, W. Undie, C. Maternowska, C. Mugisha, F. Kageha, E. & Askew, I. (2012) A Review and Evaluation of Multi-Sectoral Response Services

(One-Stop Center) for Gender-Based Violence in Kenya and Zambia. Population Council: Nairobi, Kenya; Mulumbia, Y. Miller, A. MacDonald, G. & Kennedy, N. (2018) Are one-stop centres an appropriate model to deliver services to sexually abused children in urban Malawi? *BMC Pediatrics*, 18:145; *Naved RT, Mamun MA, Mourin S. Parvin K (2018) A cluster randomized controlled trial to assess the impact of SAFE on spousal violence against women and girls in slums of Dhaka, Bangladesh. *PLoS ONE* 13(6): e0198926; Sithole, Z. Notion Tafara Gombe, N. Juru, T. Chonzi, P. Shambira, G. Nsubuga, P. Tshimanga. M. (2018) Evaluation of sexual and genderbased violence program in Harare City, Zimbabwe, 2016: a descriptive cross-sectional study, *Pan African Medical Journal*, 31:200; *Yount, K. Krause, K. & Miedema, S. (2017) Preventing gender-based violence victimization in adolescent girls in lower-income countries: Systematic review of reviews, *Social Science & Medicine*, 192:1-13.

105 Kohli, R.K.S., Hynes, P., Connolly, H., Thurnham, A., Westlake, D. and D'Arcy, K. (2015) Evaluation of Independent Child Trafficking Advocates trial: Final Report. Research Report 86, Home Office: London; Scott, S. McNeish, D. Bovarnick, S. & Pearce, J. (2019) What works in responding to child sexual exploitation, Barnardos/University of Bedfordshire/DSMS; Shephard W & Lewis B. (2017) Working with children who are victims or at risk of sexual exploitation: Barnardo's model of practice. Barnardo's, Barkingside;

106 Cordisco, T. Tsai, L. Varntheary, L. & Chanthana, N. (2018) Experiences in shelter care : perspectives from participants in the Butterfly Longitudinal Study, Chab Dai/Sioban Miles Memorial Library and Resource Center

107 *Cohen, J. A., Mannarino, A. P., and Knudsen, K. (2005) Treating sexually abused children: 1 year follow-up of a randomized controlled trial, *Child Abuse & Neglect*, 29(2), 135-145; *Cohen, J. A., Mannarino, A. P., Perel, J. M., and Staron, V. (2007) A pilot randomized controlled trial of combined trauma-focused CBT and setraline for childhood PTSD symptoms, *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 46(7), 811-819; *Cohen, J. A., Deblinger, E., Mannarino, A. & Steer, R. (2004) A multisite, randomized controlled trial for children with sexual abuse-related PTSD symptoms, *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 43(4), 393-402; *Macdonald, G. Higgins, J, Ramchandani, P. Valentine, J. Bronger, L. Klein, P. O'Daniel, R. Pickering, M. Rademaker, B. Richardson, G. & Taylor, M. (2012) Cognitive-behavioural interventions for children who have been sexually abused *Cochrane database of systematic reviews (Online)*, 5, CD001930; *Mannarino, A. P., Cohen, J. A., Deblinger, E., Runyon, M. K., and Steer, R. A. (2012). Trauma-Focused Cognitive-Behavioral Therapy for Children Sustained Impact of Treatment 6 and 12 Months Later, *Child Maltreatment*, 17(3), 231-241; *Sánchez-Meca, J., Rosa-Alcázar, A. & López-Soler, C. (2011) The psychological treatment of sexual abuse in children and adolescents: A meta-analysis, *International Journal of Clinical and Health Psychology*,

11:1, 67-93; Wethington, H. Hahn, R. Fuqua-Whitley, D. Sipe, T. et al. (2008) The Effectiveness of Interventions to Reduce Psychological Harm from Traumatic Events among Children and Adolescents, *American Journal of Preventive Medicine*, 35:3, 287-313.

108 *Murray, L, Familiara, I. Skavenskia, S. Jere, E. et al., (2013) An Evaluation of Trauma Focused Cognitive Behavioral Therapy for Children in Zambia, *Child Abuse & Neglect*, 37:12, 1175-85; *Murray, L. Skavenski, S. Kane, J. Mayeya, J. et al (2015) Effectiveness of Trauma-Focused Cognitive Behavioral Therapy Among Trauma-Affected Children in Lusaka, Zambia A Randomized Clinical Trial, *JAMA Pediatr*. 169:8, 761-769; *O'Callaghan, P. McMullen, J. Shannon, C. Rafferty, H. & Black, A. (2013) A randomised controlled trial of trauma-focused cognitive behavioral therapy for sexually exploited, war affected Congolese girls, *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 52:4, 359-369; Wirtz, A. Alvarez, C. Guedes, C. Brumana, L. et al (2016) Violence against children in Latin America and Caribbean countries: a comprehensive review of national health sector efforts in prevention and response, *BMC Public Health*, 16:1006.

109 *Lewey, J., Smith, C. L., Burcham, B., Saunders, N. L., Elfallel, D. and O'Toole, S. K. (2018) Comparing the effect of EMDR and TF-CBT for children and adolescents: a meta-analysis, *Journal of Child and Adolescent Trauma*, 11:4, 1-16; NICE (2018) Post-traumatic stress disorder [A] Evidence reviews for psychological, psychosocial and other non-pharmacological interventions for the prevention of PTSD in children NICE guideline NG116 Evidence reviews December 2018, National Institute for Clinical Evidence, London <https://www.nice.org.uk/guidance/ng116/evidence/a-psychological-psychosocial-and-othernonpharmacological-interventions-for-the-prevention-of-ptsd-in-childrenpdf-6602621005>

110 Kazlauskas, E. (2017) Challenges for providing health care in traumatized populations: barriers for PTSD treatments and the need for new developments, *Global Health Action*, 10: 1322399.

111 *Bustamante, G. Soledad Andrade, M. Mikesell, C. Cullen, C. Endara, P. Burneo, V. Yopez, P. Saavedra, A. Ponce, P. Grunauer, M. (2019) "I have the right to feel safe": Evaluation of a school-based child sexual abuse prevention program in Ecuador, *Child Abuse & Neglect*, 91: 31-40

112 Bandiera, O. Buehren, N. Burgess, R. Goldstein, M. et al. (2012) Empowering Adolescent Girls: Evidence from a Randomized Control Trial in Uganda : Working Paper. London School of Economics and Political Science, Suntory and Toyota International Centres for Economics and Related Disciplines, London, UK; *Bandiera, O. Buehren, N. Burgess,

R. Goldstein, M. Gulesci, S. Rasul, I. Sulaimany, M. (2018) Women's empowerment in action: evidence from a randomized control trial in Africa (English). Washington, D.C: World Bank Group.

113 *Baker, C. K., Gleason, K., Naai, R., Mitchell, J., and Trecker, C. (2013) Increasing knowledge of sexual abuse: A study with elementary school children in Hawai'i, *Research on Social Work Practice*, 23(2), 167-178; *Citak Tunc, G., et al., (2018) Preventing Child Sexual Abuse: Body Safety Training for Young Children in Turkey. *Journal of Child Sexual Abuse*, 27(4): p. 347-364; *Czerwinski, F. Finne, E. Alfes, J.Kolip, P. (2018) Effectiveness of a school-based intervention to prevent child sexual abuse—Evaluation of the German IGEL program, *Child Abuse & Neglect*, 86: 109-122; *Daigneault, I., Hebert, M., and Tourigny, M. (2007) Personal and Interpersonal Characteristics Related to Resilient Developmental Pathways of Sexually Abused Adolescents, *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 16(2), 415-434; *Dake J. Price J. & Murnan J. (2003) Evaluation of a child abuse prevention curriculum for third-grade students: assessment of knowledge and efficacy expectations. *Journal of School Health*, 73(2):76-82; *Fryda, C.M. and Hulme, P. (2015) School-based childhood sexual abuse prevention programs: An integrative review. *The Journal of School Nursing*, 31(3): p. 167-182; *Gibson, L. & Leitenberg, H.(2000) Child Sexual Abuse Prevention Programs: Do they decrease the occurrence of child sexual abuse?, *Child Abuse & Neglect*, 24:9,1115–25; *Irmak, T. Kiziltepe, R. Aksel, S. Gungor, D. & Eslek, D. (2018) Summary I'm Learning to Protect Myself with Mika: Efficacy of Sexual Abuse Prevention Program, *Turkish Journal of Psychology*, June, 33(81), 58-61; *Jin, Y., et al. (2017). Evaluation of a sexual abuse prevention education program for school-age children in China: A comparison of teachers and parents as instructors, *Health Education Research* 32(4): 364-373; *Kenny, M. C., Wurtele, S. K., and Alonso, L. (2012). Evaluation of a Personal Safety Program with Latino Preschoolers, *Journal of Child Sexual Abuse*, 21(4), 368-385; *Krahé, B., and Knappert, L. (2009) A group-randomized evaluation of a theatre-based sexual abuse prevention programme for primary school children in Germany, *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 19(4), pp. 321-329; *MacIntyre, D., & Carr, A. (1999). Evaluation of the effectiveness of the stay safe primary prevention programme for child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 23, 1307–1325; *Moreno-Manso, J.et al. (2014) Application of a child abuse prevention programme in an educational context, *Anales de Psicología* 30(3): 1014-1024; *Müller, A.R.. Röder, M. and Fingerle, M. (2014) Child sexual abuse prevention goes online: Introducing "Cool and Safe" and its effects. *Computers and Education*, 78: p. 60-65; *Pitts, C. (2015). Child sexual abuse prevention programs for pre-schoolers: A synthesis of current evidence. Sydney; *Pulido, M. L., Dauber, S., Tully, B. A., Hamilton, P., Smith, M. J., and Freeman, K. (2015). Knowledge gains following a child sexual abuse prevention program among urban students: A cluster-randomized evaluation, *American Journal of Public Health*, 105(7), 1344-1350; *Tutty, L. M. (1997) Child sexual abuse prevention programs: evaluating Who Do You Tell, *Child Abuse & Neglect*, 21(9),

869-881; *Walsh, K., Zwi, K., Woolfenden, S., and Shlonsky, A. (2015) School-based education programmes for the prevention of child sexual abuse. *The Cochrane database of systematic reviews*, 4, CD004380; *Wood, M. and Archbold, M. (2015) Bad touches, getting away, and never keeping secrets: Assessing student knowledge retention of the 'red flag green flag people' program. *Journal of Interpersonal Violence*, 30(17): p. 2999-3021; *Zwi, K. J., Woolfenden, S. R., Wheeler, D. M., O'Brien, T. A., Tait, P., and Williams, K. W. (2007) School-based education programmes for the prevention of child sexual abuse, *Cochrane Database of Systematic Reviews*, (3)(CD004380).

114 *Bustamante, G. Soledad Andrade, M. Mikesell, C. Cullen, C. Endara, P. Burneo, V. Yepez, P. Saavedra, A. Ponce, P. Grunauer, M. (2019) "I have the right to feel safe": Evaluation of a school-based child sexual abuse prevention program in Ecuador, *Child Abuse & Neglect*, 91: 31-40; *Weatherley, R. Siti Hajar, A. Noralina, O. John, M. Preusser, N. & Yong, M. (2012) Evaluation of a School-Based Sexual Abuse Prevention Curriculum in Malaysia, *Child and Youth Services Review*, 34:1, 119–25.

115 *Baiocchi, M. Omondi, B. Langat, N. Boothroyd, D. et al (2016) A Behavior-Based Intervention That Prevents Sexual Assault: the Results of a Matched-Pairs, Cluster-Randomized Study in Nairobi, Kenya, *Prevention Science*, August, DOI 10.1007/s11121-016-0701-0.*Decker, M. Wood, S. Ndinda, E. Yenokyan, G. et al (2018) Sexual violence among adolescent girls and young women in Malawi: a clusterrandomized controlled implementation trial of empowerment selfdefense training, *BMC Public Health*, 18:1341

116 *Austrian, K. & Muthengi, E. (2014) Can economic assets increase girls' risk of sexual harassment? Evaluation results from a social, health and economic asset-building intervention for vulnerable adolescent girls in Uganda, *Children & Youth Services Review*, 47: 168-175; *Baird, S. Chirwa, E. McIntosh, C. & Özler, B. (2010) The Short-Term Impacts of a Schooling Conditional Cash Transfer Program on the Sexual Behavior of Young Women Policy Research Paper, World Bank, Washington; Cepeda, I. Lacalle-Calderon, M. & Torralba, M. (2017) Microfinance and Violence Against Women in Rural Guatemala, *Journal of Interpersonal Violence*, 1–23; *Cluver, L. Boyes, M. Orkin, M., Pantelic, M. Molwena, T. Sherr, L. (2013) Child-focused state cash transfers and adolescent risk of HIV infection in South Africa: a propensity-score-matched case-control study, *Lancet Global Health*, 1: e, 362-70; *Peterman, A. Neijhoft, A. Cook, S. & Palermo, T. (2017) Understanding the linkages between social safety nets and childhood violence: a review of the evidence from low- and middle-income countries, *Health Policy and Planning*, 32, 1049–1071.

117 Ball, B. Kreig, P. & Rosenbluth, B. (2009) 'Like a Family but Better Because You Can Actually Trust Each Other': The Expect Respect dating violence prevention program for at-risk youth, *Health Promotion Practice*, 10:1, 45–58; *Foshee, V. Bauman, K. Arriaga, X. Helms, R. et al., (1998) An Evaluation of Safe Dates, an Adolescent Dating Violence Prevention Program, *American Journal of Public Health*, 88: 1, 45–50; Foshee, V. Bauman, K. Greene, W. Koch, G. Fletcher Linder, G. & MacDougall, J. (2000) The Safe Dates Program: 1 Year Follow Up Results, *American Journal of Public Health*, 90:1619-1622; *Foshee V, Bauman K, Ennett S, Fletcher-Linder, G. Benefield, T. & Suhindran, C. (2004) Assessing the long-term effects of the safe dates program and a booster in preventing and reducing adolescent dating violence victimization and perpetration, *American Journal of Public Health* 94:619–24; WHO and UNAIDS (2010) Addressing Violence against Women and HIV/AIDS: What works?, WHO, Geneva.

118 *Ricardo, C. Eads, M. & Barker, G. (2011) Engaging Boys and Young Men in the Prevention of Sexual Violence: A systematic and global review of evaluated interventions, *Sexual Violence Research Initiative*, Cape Town, South Africa WHO and UNAIDS (2010) Addressing Violence against Women and HIV/AIDS: What works?, WHO, Geneva.

119 *Fonner VA, Armstrong KS, Kennedy CE, O'Reilly KR, Sweat MD (2014) School Based Sex Education and HIV Prevention in Low- and Middle Income Countries: A Systematic Review and Meta-Analysis. *PLoS ONE* 9(3): e89692; *Jewkes, R. Nduna, M. Levin, J. Jama, N. Dunkle, K. Wood, K. Koss, M. Puren, A. & Duvvury, N. (2007) Evaluation of Stepping Stones : A Gender Transformative HIV Prevention Intervention, Policy Brief, Medical Research Council, South Africa; *Skevington, S. M., et al. (2013) A systematic review to quantitatively evaluate 'Stepping Stones': a participatory community-based HIV/ AIDS prevention intervention. *AIDS & Behaviour*, 17(3), 1025-1039

120 *Jouriles, E. McDonald, R. Rosenfeld, D. & Sargent, K. (2019) Increasing bystander behaviour to prevent adolescent relationship violence: a randomised controlled trial, *Journal of Counselling & Clinical Psychology*, 87:1, 3-15. *Miller, E. Tancredi, D. McCauley, H. Decker, M. Virata, M. Anderson, H. Stetkevich, N. Browne, E. Moideen, F. & Silverman, J. (2012) Coaching Boys into Men: A Cluster-Randomized Controlled Trial of a Dating Violence Prevention Program, *Journal of Adolescent Health* 51, 431–438;.

121 Mejdoubi J, van den Heijkant S. van Leerdam F. Heymans M. Crijnen, A. Hirasing, R. (2015) The Effect of VoorZorg, the Dutch Nurse-Family Partnership, on Child Maltreatment and Development: A Randomized Controlled Trial *PLoS ONE* 10:4: e0120182; *Olds DL, Henderson CR, Chamberlin R, Tatelbaum R. (1986) Preventing Child-Abuse and Neglect—A Randomized Trial of Nurse Home Visitation, *Pediatrics*, 78: 65–78; *Olds DL, Eckenrode J, Henderson CR, Kitzman H, Powers J,

Cole R et al (1997) Long-term effects of home visitation on maternal life course and child abuse and neglect, *Journal of the American Medical Association*, 278: 637–643.

122*Desai, C. Reece, J. & Shakespeare-Pellington, S. (2017) The prevention of violence in childhood through parenting programmes: a global review, *Psychology, Health & Medicine*, 22:sup1, 166-186;

123 *Green, B. L., Ayoub, C., Bartlett, J. D., et al. (2014) The effect of Early Head Start (EHS) on child welfare system involvement: A first look at longitudinal child maltreatment outcomes. *Children and Youth Services Review* 42 127-135

124 Armistead L. Forehand R. Long, N. Wyckoff S. & Miller KS (2006) The Parents Matter! Program (PMP): Effectiveness of a family-based sexual risk prevention program, Poster Presentation at the XVI International AIDS Conference, Toronto, Canada; Guilamo-Ramos, V. Jaccard, J. & Casillas, E. (2004) The Parents Matter! Program: Practical, Theoretical and Methodological Perspectives, *Journal of Child and Family Studies*, 13:1, 113-123; Widman, L, Choukas-Bradley S, Noar SM, Nesi Jacqueline, Garrett K. (2016) Parent-Adolescent Sexual Communication and Adolescent Safer Sex Behavior: A Meta-Analysis. *JAMA Pediatr*. January; 1701 (1): 52-61.

125 Forehand, R. Armistead, L. Long, N. Wyckoff, S. et al. (2007) Efficacy of a Parent-Based Sexual-Risk Prevention Program for African American Preadolescents, *Archives of Pediatric and Adolescent Medicine*, 161:12, December, 1123–29; Miller, K. Lasswell, S. Riley, D. & Poulson, M. (2013) Families Matter! Pre-sexual risk prevention intervention, *American Journal of Public Health*, 103:11, 1620; Miller, K. Lin, C. Poulsen, M. Fasula, A. et al. (2011) Enhancing HIV Communication between Parents and Children: Efficacy of the Parents Matter! program, *AIDS Education and Prevention*, 23:6, 550–63; Miller, K. Maxwell, K. Fasula, A. Parker, J. et al. (2010) Pre-Risk HIV-Prevention Paradigm Shift: The feasibility and acceptability of the Parents Matter! program in HIV risk communities, *Public Health Reports*, 125, supplement 1, 38–46; Vandenhoudt, H. Miller, K. Ochura, J. Wyckoff, S. Obong'o, C. Otwoma, N. Poulsen, M. Menten, J. Marum, E, and Buvé, A. (2010) Evaluation of a U.S. Evidence-Based Parenting Intervention in rural Western Kenya : From Parents Matter! to Families Matter, *AIDS Education and Prevention*, 22(4), 328–343

126 Guedes, A. Bott, S. Garcia-Moreno, C. & Colombini, M. (2016) Bridging the gaps: a global review of intersections of violence against women and violence against children, *Global health action*, 9, 31516;

127 Buller, A. Pichon, M. McAlpine, A. Cislighi, B. Heise, L. & Meiksin, R. (2020) Systematic review of social norms, attitudes, and factual beliefs linked to the sexual exploitation of children and adolescents, *Child Abuse & Neglect*

unicef  | for every child